

Revista do Ensino

ORGAM OFFICIAL
DA DIRECTORIA DA INSTRUÇÃO

ANNO I

Bello Horizonte, 10 de Maio de 1925

N.º 3

SUMMARIO

O individualismo e a auctoridade em educação. Seccção dos bens dotados.
PEDAGOGIA

Ensaio de psychologia experimental pedagogica. Tests de capacidade de combinação, informações estrangeiras. Tests - por Nelson Romero. Direcções para o Estudo de geographia. Methodo «Projecto». Linguagem e Civismo Correlacionados. Estudo do Japão, usando o methodo «Projecto». Visita a uma casa em construção.

Gonzaga.

PAGINAS HISTORICAS

VARIEDADES

Analyses. O cinematographo rural. Bibliothecas populares. Do canto nas escolas. Os tres livros: Jogos menores. Nodji, Mestre-Escola. Instrução Publica e educação.

SECÇÃO OFFICIO

Obrigatoriedade do ensino em Minas Ueraes. Relação de professores clogiados.

O individualismo e a auctoridade em educação

Por Lucio José dos Santos

(Trechos de uma conferencia realizada em S. Paulo, em 1918)

(Continuação)

E' preciso, dizem os individualistas, respeitar a iniciativa e espontaneidade da criança.

Está muito bem. Mas, na base de todas as noções que ella vai receber, deve estar a da sua responsabilidade, noção esta que os preconceitos infundidos e as degenerações transmitidas ou adquiridas podem desviar completamente de seu verdadeiro sentido.

O conceito da responsabilidade não se pôde basear em abstracções ou sobre a experiencia pura, porque esse conceito exorbita das relações puramente humanas, exige um principio superior de coordenação, explicando e dirigindo o destino. E' necessario uma auctoridade superior á experientia.

E' preciso, dizem ainda, fazer appello á razão e á consciencia da criança. Isto tambem é facil de dizer-se; mas, a educação da criança começa no berço, começa no dia do seu nascimento. Com que razão e consciencia se pôde contar nesses primeiros tempos? Essa razão e essa consciencia é precisamente o educador que vae despertar-as e formal-as. Só muito mais tarde poderá elle appellar para a razão, a consciencia, o pundonor, a honra da criança. E' necessaria, pois, uma auctoridade.

E' preciso, clamam afinal, respeitar os direitos e a liberdade da criança.

E' bonito de dizer-se. Mas, na criança, esses direitos se ignoram e essa liberdade está ainda em potencia.

Si se pudesse, na criança, contar com a razão, a consciencia, a liberdade e a tarefa dos direitos desde o inicio, facillima seria a tarefa do educador.

Isso tudo, porém, está por formar-se.

Por isso, muito exacta é a definição do Pe. Ruiz Amado, dizendo que a educação é a geração moral da criança.

O systema da abstenção ou mesmo o da intervenção minima, é muito commodo para os educadores.

Já o Pe. Gerdil, combatendo Rousseau com uma competencia e elevação de vistas que mereciam elogios do proprio sophista, mostrando a parte que, na educação, tem a auctoridade e a parte que deve ser reservada á liberdade, dizia que esse systema pedagogico era bom para alimentar a preguiça dos educadores, julgando estes que o melhor é deixar a criança entregue a si mesma.

No ensino das sciencias, o methodo individualista de Rousseau é o socratico, que consiste em interregar em diversos sentidos a criança, levando-a a dizer, por si mesma, a verdade que se lhe quer ensinar.

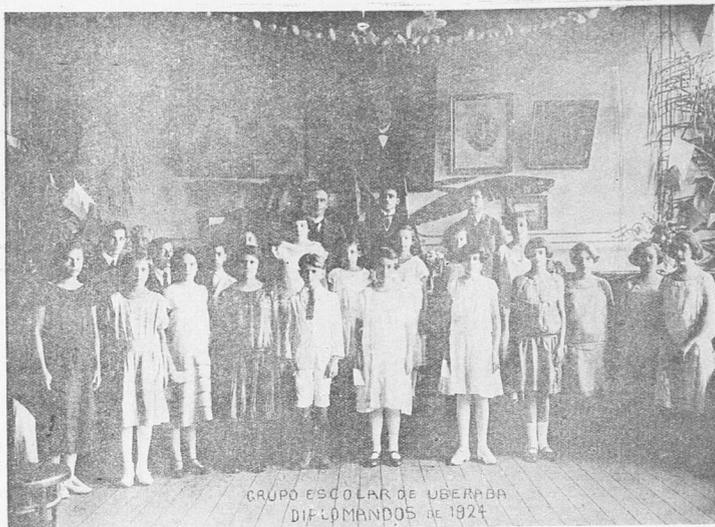
Por esse processo, o ensino da mais insignificante verdade consumirá horas inteiras a cada alumno.

Nas minhas aulas de Hydraulica, fosse eu empregar esse methodo, e perderia o juizo.

M^{me}. de Stael disse com razão que, pelo systema de Rousseau, um homem gastaria a vida inteira para educar outro.

Pôde-se ser muito partidario da liberdade, desde que, porém, se tenha a car o a educação de uma criança, se reconhece immediatamente que é impossivel deixar-lhe fazer o que quizer.

Educar uma criança é necessariamente exercer sobre ella uma auctoridade e della exigir uma obediencia. A criança não se transforma espontanea-



GRUPO ESCOLAR DE UBERABA — DIPLOMANDOS DE 1924

mente naquillo que deve ser como homem. E' preciso oriental-a.

Em conclusão: A educação sem auctoridade é não só absurda em principio como impraticavel de facto.

2.º Não pôde haver boa educação só pela auctoridade:

Admittida a perversão original do homem, forçoso é concluir que só pela auctoridade se pôde educar a criança. De um erro só podem proceder consequências erroneas.

Educar uma criança não é ensinar-lhe a se deixar dirigir, mas fazer della uma individualidade capaz de se dirigir por si mesma. Si assim é, não se devem apenas exercer sobre a criança esforços exteriores, destinados a modifical-a e moldal-a segundo modelos preconcebidos. E' indispensavel deixar uma larga parte á espontaneidade, actividade natural da criança.

A educação só pela auctoridade, por palavras, por lições, é absurda. Com effeito, a auctoridade, para ser effizaz, precisa fallar á razão, deve ser reconhecida pela razão. Ora, as idéas não penetram na criança pela razão. A criança, com o seu cere-

bro impressionavel, diz Piessinger, só é capaz de vibrar pelas emoções que receber; por isso é que tanta effizacia tem a acção educativa des mães. O cerebro da criança é imaginativo; é, pois, preciso fallar mais á imaginação que á razão.

Em França, continúa o citado auctor, a Pedagogia official basea-se num contrasenso, porque na criança a razão é uma serva e não uma dirigente.

Não é a razão que se serve das paixões, diz Nicola, mas as paixões que se servem da razão para justificar os seus fins.

Sustentar que o homem é dirigido pela sua razão, affirma Spencer, é o mesmo que affirmar que é guiado pelos seus olhos.

Que diremos, então, em se tratando da criança? Com muita razão diz Blakie, professor na universidade de Edimburgo, que as fontes reaes e originarias de todos os conhecimentos, não são os livros, é a propria vida, a experiencia, o pensamento, o sentimento, a acção individual.

Uma educação meramente intellectual, diz Bourdeau, é uma educação necessariamente depravada.

Na pratica da vida, é o homem guiado por um

conjuncto de elementos racionais, moraes e affectivos, que constitue o seu *caracter*. E', pois, indispensavel, desde cedo, formar na criança, esse caracter.

Ora, o caracter nada vale em si mesmo, si não se reduz, na pratica, a uma vontade em acção, vontade previamente disciplinada, fortificada e orientada. Um elemento importante, pois, em educação, é a vontade. Etão importante é esse elemento que posso dizer, com Förster: No fundo, a educação consiste na formação da vontade.

Esse resultado, porem, não se consegue pela acção exclusiva da auctoridade. A vontade forma-se pelo exercicio e não pela compressão.

Acreditam alguns que o caracter do homem se forma no turbilhão da vida. E' um engano. A pratica da vida destróe mais caracteres do que constro e forma.

E' indispensavel, em consequencia, que esse caracter já se venha formando na criança, para que se robusteça com as luctas e difficuldades da vida, em vez de amolgar-se e dissolver-se no primeiro embate.

A auctoridade que se exerce subjugando, submettendo e mesmo despedaçando a vontade, produz males incalculaveis.

A's vezes os resultados obtidos são passageiros, e, contra essa disciplina meramente mecanica, resga a criança apenas se vê livre da auctoridade que a comprime. E, então, teremos um homem agindo em falso, em lucta permanente contra a educação que recebeu. Dentre esses, quantos conseguirão refazer a sua educação por si mesmos, pelo seu esforço?

Muito poucos.

Outras vezes, a auctoridade exerceu-se de tal modo que deformou definitivamente ou annullou a vontade; e o individuo conservava-se nullo, passivo, incapaz, pelo resto da vida.

Educar só pela auctoridade é, pois, um erro funesto. Na realidade, porém, nenhum methodo educativo se tem empregado só pela auctoridade, assim como nenhum tambem se tem visto, absolutamente sem a auctoridade.

Argumentar com exaggeros e caricaturas é facil; não é, porém, leal nem util.

3.º — Conclusão: A verdadeira educação exige o respeito á liberdade e á individualidade da criança; mas não pode ser feita sem a intervenção da auctoridade.

O difficil está em saber, até onde se deve acompanhar a espontaneidade do educando e dentro de que limites se deve exercer a auctoridade.

Exercer sobre a criança uma auctoridade que consulte as bases da sua verdadeira natureza, na sua origem e no seu destino; que a encaminhe para o seu verdadeiro objectivo, de que tão facilmente se desvia, quando abandonada a si mesma, não é toher a sua liberdade, não é constrangelal-a, não é comprimir-a.

E' um sacrificio a minha liberdade mental, quando reconheço a veracidade de uma demonstra-

ção scientifica, nem a minha liberdade moral, quando procedo de accordo com as normas que aprendi e consid-ro perfeitas.

A disciplina e a liberdade não se excluem; completam-se.

A liberdade sem a disciplina é esteril e vã, quando não perigosa e anarchica.

A disciplina sem a liberdade é servidão, e passividade; annulla a espontaneidade, mata a iniciativa; destróe ou falseia a responsabilidade.

A educação que ensina a ser livre e disciplinado, que desenvolve a liberdade ligada a uma vontade energica e disciplinada, capaz de dominar as paixões e obedecer a um ideal nobre, essa educação fará os homens fortes e os povos grandes e dignos, porque preparará homens capazes de se dirigirem por si mesmos.

Dois grandes verdades se encontram no catholicismo: Nós somos estreitamente solidarios uns dos outros, nada no mundo se faz sem a cooperação. Nada, porém, mais respeitavel do que a consciencia individual.

A solidariedade humana é um facto primitivo, sem o qual não se poderia comprehender a sociedade. Mas, a inviolabilidade da consciencia é um conceito que o paganismo não conhecia. Foi Jesus Christo quem libertou a consciencia individual.

Por nós mesmos, diz o Padre Labritthonière, nada temos e nada somos,—tudo que somos, nós o somos pelo concurso de Deus e da sociedade,—mas, de outro lado, no fundo, nós não somos senão aquillo que queremos ser. Ninguém é christão por si mesmo,—mas ninguém é christão contra si mesmo.

Quer issodizer que a criança se fórma em vista de uma sociedade em que vaee viver, de um Deus que a criou; existem normas a que se ha de submetter. Mas a criança é uma cousa sagrada, que tem direito a formar-se e expandir-se segundo as suas virtualidades.

Fóra do recinto christão, será difficil, talvez impossivel, conciliar essas duas ordens de idéas.

Pela concepção christã, não somente se concilia a liberdade, que o individuo tem o direito de reclamar, com a auctoridade que a sociedade tem o direito de impor-lhe, como tambem se esclarece a verdadeira significação do individuo no seio da sociedade, indicando-lhe até onde vão os seus direitos e onde começam os seus deveres.

A SELECÇÃO DOS BEM DOTADOS

Desde que Bethmann Hollweg lançou nas multidões o lemmã: «Abrir caminho aos intelligentes», nunca mais a questão sobre a selecção dos talentos ficou esquecida. Por todos os mocos, em livros, em revistas, em reunioes, os Psychologos, Pedagogos e Socialistas levantaram e ventilaram a questã: «Quem é habilitado? O povo miúdo nunca tardã com a resposta: habilitado é aquelle que dá conta do seu recado!»

Em muitos casos, e principalmente quando se trata de que o Governo favoreça a instrucção de creanças talentosas, não se pôde esperar até que estas tenham dado provas reaes de suas capacidades. Cumpre, pelo contrario, avaliar já de an-

temo as grandes qualidades futuras. Os resultados obtidos nas escolas não estão sempre de acordo com as habilidades mostradas na vida posterior. (Quas vezes acontece que um assim chamado "genio" não modular" não passa depois de uma medocidade, ao passo que os que eram "maios alumnos causam sorpresas á sociedade por suas descobertas e invenções.

É justo, pois, perguntar-se: Em que consiste a grande grande habilidade?

Deixando a parte, por enquanto, pesquisas particulares salientem-se dois principios lactres neste sentido: 1.ª, opima disposição intellectuall, seja que esta se estenda a um campo mais vasto; ou seja ella muito restricta, e se concentre em uma região especial do campo da intelligencia, c. mo por exemplo na technica, musica, etc. etc.; 2.ª, uma certa tenacidade de vontade e perseverança no intento que não recua log., á vista dos obstaculos; mas que trata de os remover ou superar.

Ha certo tempo era creença mais ou menos geral, que os resultados escolares estabeleceriam um critério exacto para se avaliar inevitavelmente os dons naturais do individuo. Este critério, entretanto, em muitissimos casos mostrou-se enganador, de modo que não pôde ser tomado como medida unica e segura nesta questão.

Como existe, porém, uma sciencia cujo escopo principall é o estudo da alma humana, nada mais natural e logico do que p. dir á ella, a Psychologia, a solução de tal problema. Mas a Psychologia, mesmo com o seu apparatus moderno—a experiencia—ainda não estava na altura de poder dar as suas respostas com tanta exactidão e clareza que pudessem satisfazer as exigencias da vida pratica.

A Psychologia experimental já tinha estabelecido por prov. s. n. me. osas que os ho. mens cultos em geral davam melhor resultado nas experiencias do que os rudes. Veio, pois, aos Psychologos a idea de adoptar uma experiencia qualquer como medida e critério da intelligencia. Que testes não podiam dar resultado, é evidente; porque o problema não é tão simples, nem tão facti a sua solução.

Procurou-se, depois, apanhar um phenomeno psychico singular como typo, ou dig. mos, como funcc. o fundamental da intelligencia. Lombroso escolheu a combinação, Neumann a abstracção, Binet, a attenção. Mas também este caminho levou para o deserto; porque a intelligencia é tão multiforme e de tanta var. idade que seria impossivel apanhar a por um ponto só em toda a sua extensão.

Outros Psychologos, então, acharam mais conveniente ir pedir á Pedagogia os recursos para a solução de um problema tão complexo. Mandaram as creanças decorar poeiss., escrever dictados, fazer composições, resolver problemas de arithmetica; mas no fim da experiencia não se sabia quaes eram as funcc. psychicas que foram medidas por meio d' estas provas.

Cumpre mencionar, enfim, ainda um grupo de Psychiatras que tentaram resolver o problema pelas chamadas provas de sagacidade ou penetração—como sejam apanhar o sentido de um dito chistoso; comprehender uma allusão proverbial, ou uma sentença; dar uma definição; fazer uma comparação etc. Os resultados obtidos por estes meios, não podiam ser, e pelos mesmos motivos, melhores do que os do grupo anterior.

Destes trabalhos preliminares nasceu, entretanto, o systema de provas intellectuales de Binet e Simon, que compilou para creanças de 3 a 11 annos cinco problemas ou typos de prova (tests) para cada anno.

Embora tenha este systema ainda hoje uma serie de imperfeições, deu na pratica resultados mais ou menos satisfactorios. Só se presta, ent. et. no, para experiencias individuais. Estas experiencias ou provas occupam o espaço de 3/4 de hora até uma hora inteira. A edade desta prova é nivelavel determinar a "edade intellectuall" da creança, conforme a especie de problemas resolvidos.

Pela comparação d' esta edade intellectuall com a edade de vida da creança conhece-se que a creança é normal; quando coincide em as duas (daes); ou bem dá tida: quando a edade intellectuall precede; ou enfim mal dada: quando a edade intellectuall vem atrasada em relação á edade de vida.

Para poder examinar a mesma creança mais vezes depois, em certos intervallos, era preciso elaborar series de problemas parallelos, trabalho esse que foi feito por Karstädt.

Para ser completo devia este systema ser levado além da edade indicada (de 11 annos) até a de madureza, e por meio de provas adequadas.

Este methodo deu bons resultados quanto á selecção dos talentos.

Completamente improffico, entretanto, se mostrou para exames simultaneos ou entao de grupos de creanças.

Quando se fundou em Berlim a escola dos "bem dotados" era preciso examinar 300 creanças de 13 a 14 annos de edade, e em Hamburgo eram até 1355 creanças de 10 annos de edade; circunstancia essa que exigia as provas em massa. Os Psychologos Moede e Piorowski elaboraram um schema (padrão) de exame para funcc. intellectuales, (an. o analyticas e synteticas, quanto simples complexas). Inutilmente não podiam "af. rir" o systema antes de entrar em uso e foi esta a causa do pouco resultado pratico de deste systema se colheu. As suas provas visavam a attenção e a facilidade de concentração de espirito em reproducções imediatas, e além disso a combinação, a esphera das ideas, a facilidade de formular um juizo, a intuição e a observação. Muitos dos problemas eram bastante difficeis, o que, de certo, não prejudicaria a selecção. Também a duração de cada prova estava rigorosamente determinada, de modo que as creanças mais lentas nos seus trabalhos não logaram exhibir toda a sua habilidade.

Os de Hamburgo tinham sobre os de Berlim a vantagem de poder experimentar, tanto os seus 4 typos de temas analyticos, como tambem os 4 synteticos em creanças de 12 annos de edade; circunstancia essa que lhes proporcionou um critério muito mais seguro do que o puderam ter as de Berlim, cujos resultados, portanto, não passaram de medidas relativas. Os de Hamburgo não limitaram a duração do trabalho de modo que tambem as creanças menos espertas pudessem mostrar todo o seu saber. Nem tão pouco desprezaram elles o julgamento dos professores que conheciam as creanças já desde annos, e pelo contrario, validam-se destas medidas, e até tentaram aperfeiçoal-as pelas observações continuas, registradas em folhas proprias (folhas de observação).

Todo o material existente até 1922 para provas intellectuales deste genero, foi colhido por O. Wiegmann e W. Stern e editado sob o titulo: "Os methodos das provas intellectuales em creanças".

A medição da força de vontade, tanto a momentanea como a permanente, é ainda mais difficeil de ser effectuada do que a da boa intellectualidade. Moede e Piorowski fizeram com que as creanças fossem observadas numa casa appropriada durante as ferias. Puzeram á disposição das creanças diversos jogos para descobrir genios proprios ou inclinados para governar, ou entao davam sob a forma de problemas difficeis para ver quem era capaz de vencer difficuldades e quem immediatamente desanimava.

Mandaram, por exemplo, as creanças estenderem os braços e deixarem-nas ficar nesta posição para ver quem se aguentava mais tempo. Que por estes meios se colheram esganeamentos uteis quanto á força da vontade nas creanças não se pode negar. Mas tão pouco se pôde negar tambem que estes methodos, empregados por Moede e Piorowski, não passaram de experiencias empiricas bastante grosseiras.

O psychologo Alwamowski empreendeu medir a força de vontade por grãos e minutos pelo galvanometro. A força de vontade, julga elle, é o imperio exercido sobre si mesmo—contra a tendencia dos affectos. Intercallando a pessoa, objecto da experiencia, n'uma corrente electrica, em serie com um galvanometro, este accusa uma corrente se a pessoa sente na hora da experiencia o forte impulso de um affecto qualquer. Si a pessoa consegue reprimir a tal impulso pelas forças de sua vontade o desvio do galvanometro é menor ou entao nullo.

Ainda que tais provas não fossem restrictas a experiencias individuais, ha grandes reparos psychologos que contra as mesmas se levantam.

Em todo o caso são os primeiros passos dados n'um caminho tão escabroso. Si nos lembramos quão difficeil era a

tarefa de medir a intelligencia, começando das primeiras experiencias fortes, para assim dizer ás apaladas, até as experiencias de Hamburgo, não ha motivo de perdemos as esperanças. Já e já, entretanto, não será possivel que a vida pratica colha fructos d' esta arvore. Por enquanto as experiencias sobre a força de vontade se limitam ás observações criteriosamente feitas durante o anno lectivo na escola pelos professores e professoras. Assim como as folhas de observação preparadas pelos professores podiam completar e illustrar as provas experimentaes da intelligencia, devem estas mesmas folhas de observação, por enquanto, substituir a experiencia por completo. Em Hamburgo foram as creanças observadas, no principio só nas ultimas 6 ou 8 semanas dos ridos exames; depois augmentou-se o tempo da observação; e actualmente já é praxe observar-se systematicamente a creança desde que ella dá signaes de maior talento, e que chama sobre si a attenção do professor.

Tirando o resumo desta rapida exposição, chegamos ás seguintes conclusões:

1.ª A experiencia psychologica não chegou ainda a este

gráo de perfeição que possa substituir por completo o julgamento pedagogico na avaliação da intellectualidade;

2.ª está, entretanto, nas condições de reclamar o direito de ser ouvido quando se trata da selecção dos mais ou menos preparados quanto á intelligencia;

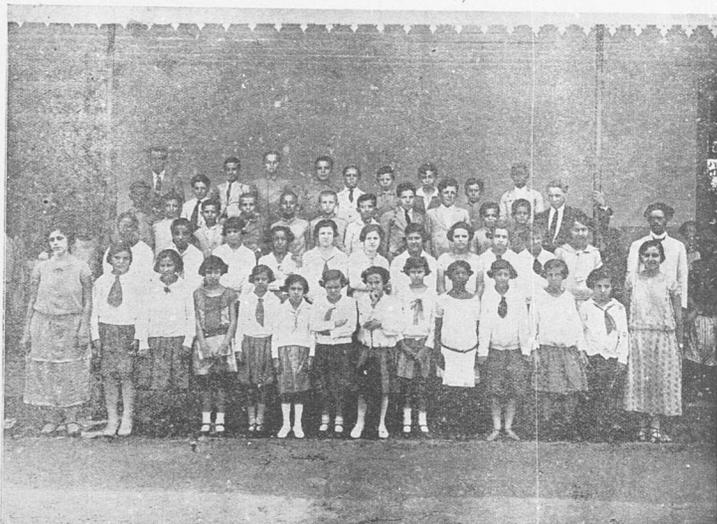
3.ª é indispensavel acrescentar uma folha de observação, feita com muito critério, como auxiliar da experiencia, tanto na avaliação da intelligencia, como principalmente, na da força de vontade;

4.ª no caso em que os dois methodos derem resultados contradictorios, é forcoso, por enquanto dar preferencia ao julgamento pedagogico;

5.ª para a avaliação da intelligencia, em casos particulares, e com creanças de pouca edade, o methodo de Binet-Simon; na sua modificação e amplificação por Bobertag e Karstädt deu bons resultados;

6.ª tratando-se de experiencias simultaneas em muitas creanças, será indispensavel que os tests tenham sido aferridos de antemão; isto é que tenham sido experimentados e reconhecidos como uteis.

Pe. Mathias.



GRUPO ESCOLAR DE CATAGUAZES — TURMA DE ALUNOS DO 4.º ANNO, EM 1924

PEDAGOGIA

Ensaio de Psychologia

Experimental Pedagogica

Em torno de um *test* mental para explorar-se a imaginação creadora

A EVOCAÇÃO E CREAÇÃO DE SILHUETAS

As provas mentaes são profundamente empregadas na psychologia pedagogica hodierna, preenchem uma duplice função: a) são reactivos que provocam determinados estados psychicos cuja expressão crea uma fonte objectiva de importante investigação e estudo; e b) põem em actividade diversas manifestações psychicas e orientações especiaes do espirito, resultando excellentes fructos educativos.

O primeiro aspecto funcional mini-tra material precioso ao psycho-diagnostico, empregando-se com fins escolares, e em campo mais vasto e complexo de serviço social, por exemplo: *tests* mentaes de capacidade militar, orientação profissional, provas de admissão para aprendizes mecanicos, etc. A vasta cultura dos povos que usaram os *tests* mentaes e a relevancia das diversas instituições que adoptaram escalas psychometricas constituem uma sólida garantia de sua bondade. O segundo aspecto funcional interessa especialmente á technica pedagogica, entendida no sentido mais nobre e profundo do que o da pragmatica para o cultivo das faculdades das creanças, supprimindo-se a estúpida memorização.

A realização de qualquer experiencia de psychologia tem sempre esta dualidade de função, mas segundo o objectivo prosseguido pelo mestre, as condições de uma mesma prova podem variar.

Ainda que o segundo aspecto deva predominar na escola, não se segue que se abandone o primeiro, porquanto tudo que o educador fizer para conhecer os alumnos redundará na maior economia, precisão e certeza de sua missão docente.

INTERPRETAÇÃO DE MANCHAS

Vimos estudar um *test* mental empregado na exploração da imaginação creadora, em uma de suas multiplas manifestações: a formação de silhuetas.

É como que, um *test* tirado de manchas de tinta.

Este reactivo, architectado por Binet, foi diversamente usado, mas a technica corrente é a que formula o professor Mira em interessante artigo sobre vulgarização

Depois de usal-o de conformidade com a formula referida, pode-se variar a technica de accordo com observações pessoasas colhidas em experiencias

feitas entre os alumnos das escolas primarias, adultos dos cursos nocturnos, normalistas, etc.

EMPREGO

A collecção de manchas compõe-se de 4 series de 12 reactivos cada uma, divididas em 3 grupos de 4 manchas. Na gravura junta figura o primeiro grupo da serie A. As manchas devem ser grandes, afim de que sirvam para experiencias collectivias (de 13 a 16 x 8 a 15 centimetros), em uma folha de papel de 0,16 x 0,22.

Cada folha traz um numero em baixo que serve não só para um emprego uniforme como tambem para apresentar a mancha sempre na mesma posição, pois, si é invertida, inverte-se e transforma o aspecto, variando as condições da experiencia.

O *test* mental pôde ser empregado individual ou collectivamente:

1.º Isola-se o alumno e depois de se convencer de que comprehendeu bem mediante exemplos — o que deve fazer, começa-se a experiencia.

Apresentam-se os grupos da serie A, separados por intervallos de alguns minu'tos, afim de que o escolar descanse um pouco.

Registada a resposta dada pelo educando, procurará o professor saber si a interpretação feita pelo alumno foi ou não exacta.

Caso tenha o menino dado uma resposta inexacta, apresenta-se de novo a mancha ao alumno para que elle justifique.

2.º Nas experiencias collectivias não se devem os alumnos communicar ou collocar de modo a copiar as respostas. Mostra-se uma das manchas aos alumnos reunidos, marcando-se-lhes um prazo de 20 a 30 segundos para que cada um deixe sua impressão em papel separado.

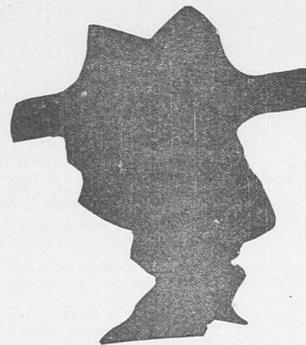
Quando este *test* é empregado com a unica preocupação de educar é preferivel a forma collectivia, pois, despertando o estimulo e a competença, servem-se os escolares do exercicio para o cultivo da reacção imaginativa, interpretando manchas diversas, formas das nuvens, silhuetas distantes, etc.

EXEMPLO DE RESPOSTAS

Em uma das experiencias (forma individual) no Instituto Normal de Varones, obteve-se de um grupo de alumnos do 3.º e do 4.º anno, o seguinte resultado:

SERIE A, GRUPO 1.º (Veja-se a gravura)

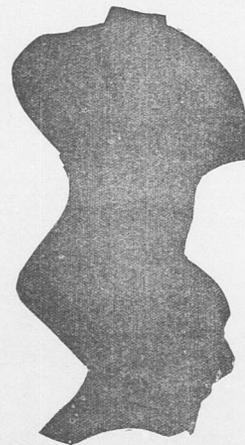
Reactivo N.º 1	Numero de respostas
Cabeça humana	14
Forma humana invertida.....	6
Especie de veste.....	1
» » peixe.....	1
Animal phantastico.....	1
Negativas.....	2
Total..	25



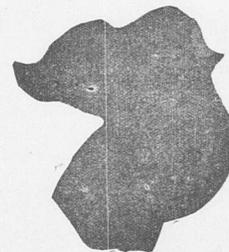
1



2



3



4

TECNICA DE VALORIZAÇÃO

A qualidade das imagens constitui o valor mais serpo para apreciar a imaginação, sendo de pouca importância tanto a rapidez da reacção como a quantidade de imagens interpretadas pelos escolares de ante dos reactivos.

Miss. Sharp estabeleceu uma escala de apreciação que compreende 4 grupos:

- a) objectos vulgares; b) objectos scientificos; c) reminiscencias litterarias; d) objectos fabulosos e mythologicos.

Adoptamos esta escala com algumas modificações e com uma comprovação de exactidão ou aproximação. Para ser valida, deve ser uma resposta motivada por analogias. Não se aceitam imagens demasiado faciles, podendo ser as de reacção mais ou menos frequentes. É indubitavel que o valor dessas imagens varia em razão inversa da frequencia. Além disso, as reacções pouco frequentes podem fazer referencia a objectos vulgares e por isso tem menor prestígio do que as que alludem a seres e objectos pouco communs evocados ou creados pelo alumno.

Para obter-se o valor numerico do conjunto de reacções, basta applicar a cada resposta seu respectivo coefficiente e sommar os resultados.

Os tests mentaes constituem uma dupla prova: 1.º a experiencia mede ou procura medir a mentalidade do alumno; 2.º o valor da experiencia nos dá a medida da capacidade scientifica e profissional do experimentador.

(Traduzido da Revista *Educaçion*, de Montevideo).



Tests de capacidade de combinação

Die Prüfung der Kombinationsfähigkeit por Elli Bootz (*); adaptação por Lucio José dos Santos

Trata-se, neste test, do seguinte. Forncem-se 4 crianças tres palavras suggestivas, que constituem os elementos de um conjunto logico mais amplo. A criança deverá acrescentar palavras, de modo que resulte um complexo concnente, formando sentido constituindo uma representação logica. Por exemplo, as tres palavras: Ladrão—panella—ferida.

Devem-se escolher essas palavras entre os que são familiares, de nome e de sentido, aos alumnos, pois, este test tem em vista a verificação de uma capacidade funcional, presuppondo já a existencia dos materias necesarios a combinação.

O tempo que se deixar ao alumno para esse trabalho, é previamente determinado por meio de experiencias com outros alumnos.

Para apreciar melhor essa capacidade de combinação, convirá exigir mais de uma solução. Uma criança incapaz difficilmente conseguirá uma segunda combinação, podendo talvez ter acertado na primeira por acaso, pela lembrança do que lhe disse algum collega já submettido ao test etc.

A criança incapaz, em uma segunda prova, pouco modificará o primeiro resultado como seja adicionando inutilidades ou modificando apenas a ordem das palavras.

Por esse modo impede-se ainda que o alumno produza apenas uma concatenação associativa de conceitos isolados, o que é facil.

A nota, ou, como dizem os Americanos, o *credit* que se deve dar, conforme a resposta, não é facil. Piorkowski, autoridade na materia, estabelece em pontos:

- 1.º Solução errada ou nenhuma solução... 0,2
- 2.º Solução quasi certa... 0,5
- 3.º Solução exacta... 1,0
- 4.º Solução exacta e bastante original... 1,5 a 2

É natural que essas notas tenham um caracter um tanto subjectivo; devem, pois, ser tomadas, a principio, em caracter provisório, para serem modificadas após melhores e mais seguros resultados.

Alguns preferem as soluções concisas e simples, ao passo que outros apreciam mais as provas em que se estendem bastante os alumnos.

Como quer que seja, é facil reconhecer o alumno que tem capacidade de reflectão, o que possui imaginação etc.

Fiz muitas experiencias em Colonia, em crianças, meninos e meninas, de 8 annos de idade, do 2.º anno escolar, em meninas de 11 annos, do 6.º anno, em meninas de 13 annos, que terminavam o curso; em meninos e meninas de 12 annos, de uma escola complementar; e em crianças de 8 a 13 annos, em uma escola de uma só classe. Verifiquei que os mais simples exercicios desta especie são parcialmente sô resolvidos por crianças de 8 annos. Assim o test formado pelas tres palavras: *Assaltante—Biblia—Virar* (*), estabelecido para 92 meninas de 8 annos, só foi resolvido por tres; os outros limitaram-se a dizer que o assaltante voltou com a Biblia roubada, ou simplesmente: O assaltante resolveu a Biblia.

Piorkowski accedi a que haja muito de subjectivo no estabelecer as differenças entre essas soluções, tornando-se necessario fazer outros exercicios.

Os conceitos a formular não devem ser abstractos, nem tirados fóra do circulo de idéas da criança. Assim, em crianças de 11 annos, verificou-se que o conceito *—desaprove*— não era bem comprehendido e facilmente confundido com duvida.

O exemplo: *Gato—arvore—penas—arrancadas*, em uma classe normal de 30 meninos de 11 annos, só foi resolvido satisfactoriamente por 5. Isso prova que o exemplo em questão não pertence á orbita de idéas de uma criança dessa idade a qual, ás mais das vezes, só vê o gato em casa. Esse modo de entender é confirmado por uma das soluções que foi: Um gato estava sózinho em uma casa, e não sabia o que fazer. Tomou então uma almofada e arrancou-lhe as penas. Quando chegaram as pessoas e viram isso, quiseram perseguir o gato; este, porém, subiu a uma arvore.

Outros disseram que o gato tinha arrancado penas de si mesmo, sabendo, entretanto, que o gato não as tem. Outros ainda entenderam que se tratava de penas de escrever.

Uma solução typica foi a seguinte: Um passarinho estava em uma arvore; o gato viu-o, quiz brincar com elle e despedaçou-lhe as penas. Esta solução denota fraca intelligencia, pois a criança ficou satisfeita com dizer que o gato despedaçou ou arrancou as penas, sem reflectir que o gato não sobe a uma arvore para esse fim.

É indispensavel que se possa avaliar devidamente o grau de intelligencia. Ora, para isso ha considerações diversas.

Alguns professores querem apurar apenas si o thema foi resolvido, pouco lhes importando como foi. Outros ligam valor á originalidade. Ora, na solução, podem figurar outros factores, além da intelligencia, como a phantasia, a experiencia e a elocução. Por exemplo: Propuzeram-se as palavras—*Açougueiro, trapaceiro, vacca, sal*. Esse thema foi resolvido do seguinte modo por uma menina de 11 annos: Certa vez, compraram algumas pessoas a um açougueiro, um pouco de carne; o açougueiro, para enganalas, espalhou bastante sal na carne de vacca e ponde assim vender em melhores condições que os outros açougueiros.

Cessou a admiração causada por essa solução, quando se soube que a menina era filha de um açougueiro especialista em taes traças.

Verifica-se que as crianças, ás vezes não bem dotadas intellectualmente, encontram entretanto soluções originaes.

Outros experimentadores ligam bastante importancia á pobreza ou riqueza de palavras. Segundo Piorkowski, essa pobreza deveria ir cessando desde os 10 annos. A's vezes, a creança comprehende, mas exprime-se mal, podendo ser indevidamente apreciada. Assim, o thema *Relógio parado, desastre em estrada de ferro, alegria*, foi resolvido por uma menina de 11 annos, do seguinte modo: O relógio de um homem parou e, por isso, chegou elle tarde á estação da estrada de ferro; o trem desarrilou, e as pessoas que viam isso, tiram-se.

Perdido eu explicações á menina, esclareceu me ella que o homem em questão era conductor de trem (machinista); como chegasse tarde, substituiu-m'o por outro que não conhecia o trecho da estrada; este fez desarrilar o trem; pessoas maldosas presentes, acham graça.

A falta de termos technicos deve ser tida em conta. Para o thema: *Agricultor—indolente—bom—terreno de trigo—desespero*, ouvi, a solução. «No verão estava o trigo de um agricultor, excepcionalmente bom. O agricultor, porém, era preguiçoso e pensou que teria ainda muito tempo.

Quando voltou mais tarde ao campo, viu que o trigo tinha seccado e cahiu então em desespero». Questionado eu, explicou a menina ter pensado que o verão tinha sido muito quente, de modo que o trigo seccava muito depressa, e que o agricultor passava muito tempo sem ir ao seu campo.

As crianças das cidades, logicamente não estão muito acostumadas com essas ordens de idéas. A solução era logicamente exacta, mas indicava fala de technica.

Ha, pois, lugar a perguntar si o test prova realmente o que deve provar, ou si o resultado depende ainda dos outros citados factores, como elocução, phantasia e experiencia. A elocução pode ser provada por meio de tests. Sem a capacidade de combinação, não podem os temas ser resolvidos.

Uma menina que me foi apresentada como tendo muita imaginação, deu, entretanto, ao thema: *Relógio parado, desastre, estrada de ferro e alegria*, a solução: «O relógio parado é o coração. O desastre em estrada de ferro é a morte. Alegria tem o demónio quando o homem commette o mal».

Procurou tirar da Biblia uma solução apenas associativa. Muitas vezes a solução resulta do caracter da creança, das suas idéas, do que vê em casa, etc. Por exemplo, do thema: *Brinquedos—lagrimas—alegria*, deu um menino a solução: «Douz meninos ricos brincavam em um lugar. Um menino pobre foi repellido. As lagrimas correm lhe dos olhos. Então, um menino de familia rica chegou a elle e perguntou-lhe si queria brincar. Respondeu elle que sim. Então, reinou

entre os meninos uma grande alegria e as lagrimas cessaram.»

A professora explicou-me que se tratava de uma criança, de muito bom genio. Um outro menino, de 13 annos, deu ao thema: «*Camponez, calor, roaba*», a solução: «Um camponez trabalhava em hora de muito calor. Pensou: Não ha agora ninguém no campo e com já trabalhei muito, vou retirar trigo de algum outro». O professor contou-me, que o pae dessa creança tinha semelhante costume.

Verifica-se então que ás crianças de certa idade não falta phantasia, nem mesmo ás vezes alguma experiencia, mas quasi sempre falta a capacidade de combinação, isto é, a de constituir o todo logico e comprehensivel, com elementos isolados.

Para poder ligar valor ás soluções isoladas é indispensavel questionar a creança sobre o caminho seguido na solução, e por isso é necessaria uma prova individual, pois esta permite reconhecer logo a solução associativa do thema ou a influencia de outros elementos, como a phantasia, a experiencia, etc.

OBSERVAÇÃO: Em Bello Horizonte, vimos um caso interessante. Apresentou-se ao menino uma gravura, representando um rio pelo qual descia uma canoa, dentro da qual, via-se, além do remador, diversos objectos, um casal. Podia significar uma simples viagem, um abandono da terra, por um motivo qualquer. Seria preciso examinar bem a patzagem, a physiognomia dos viajantes, a natureza dos objectos transportados na canoa, etc.

O pirriho a nada disso attendeu. Sorriu com malicia e disse: «Estão fugindo para casa». E' evidente até a influencia do cinema e não a intelligencia do menino.

(*) Pharus, 1864, L. Neft.

(*) Virar, voltar, revolver, remover, por em desordem.

INFORMAÇÕES EXTRANGEIRAS

«Com o objectivo de satisfizermos as diversas consultas que nos tem sido dirigidas pelos professores e inspectores, resolvemos traduzir o programma abaixo, cuja leitura dará por certo uma orientação mais interessante do que a diferentes topicos do nosso programma de ensino, como provas escritas, dramatização, etc.»

PROGRAMMA DE CASTELHANO

Elaborado pelo director da Escola Normal «José S. Nuñez», de Santiago—Chile.

I—ESTUDO COMPLETO DO PROGRAMMA

Os professores devem ler e estudar o programma inteiro e não só a parte correspondente ao curso que tenham ao seu cargo.

II—DOIS OBJECTIVOS DO PROGRAMMA

É este o duplice proposito do programma: a) a pratica que os alumnos certamente adquirirão, mediante a conversão, dissertação oral e composição escrita; b) o conhecimento das obras litterarias devidamente escolhidas.

Proporcionar habilidade no maneo da lingua e fomentar o gosto pela leitura que satisfaça a curiosidade de informações ou preencha as horas de lazer de gratas emoções, são, portanto, os dois pontos nucleares do programma.

Deve, pois, ser proscripto como antiquado, o systema de decorar regras de grammatica e de theoria, de biographias de varios auctores, resumos de obras, de juizos litterarios,

meclados de aridos exercícos de analyse syntactica, a não ser que pertençam ao patrimonio verdadeiro da lingua.

III—APRECIACAO ARTISTICA E MORAL

O ensino do Castelhana não seria completo se não houvesse applicação dos elementos mecanicos do idioma; a correccão dos erros grammatica, a estrutura da proposição, a fórma das diversas composições e o solido do sentimento integrante da apreciação artistica e moral. A aula de Castelhana deve ser igualmente uma aula de arte; e é mister do professor fazer sentir aos alumnos, desde o 1.º ao ultimo anno da escola, a emoção que se desprende de um conto, de uma poesia e até de uma oração. Se o desenho, o canto e a musica enriquecem a alma da criança, com expressões artisticas que lhes são peculiares, o Castelhana tambem concorre poderosamente para essa riqueza, devido à emoção esthetica que nasce das obras litterarias. O idioma patio deve finalmente contribuir para a obra geral da educação, para formar e dirigir o senso moral, sem o qual, não pode haver civilização possível.

IV—CASTELHANO FALADO

Falar bem é uma qualidade que o homem deve possuir. A voz e a expressão agradaveis, a correccão da linguagem, a cultura de um extenso vocabulario, o poder da descrição e narração, a persuasão quando se discute, tudo isto é uma força inestimavel que influe na opinião do meio em que se vive. E' dever da escola augmentar essa força e pô-la ao serviço dos mais altos ideais sociais.

V—A CONVERSA

Na parte relativa aos exercícos oraes, procurará o professor consagrar uma parte do tempo à conversação. Omitir a seria ignorar por completo o seu valor.

Uns poucos minutos dedicados de cada dia a uma pequena palestra sobre topicos de interesse para os meninos e cuja habilidade educadora o mestre não poderá perder de vista, darão ao professor a oportunidade de conhecer melhor os seus discipulos no ponto de vista psychologico, e um valor linguistico apreciavel e affirm serão a causa de uma habilidade de importancia pratica, muito vez necessaria a assumptos e negocios quotidianos.

VI—COMPOSIÇÃO ORAL

O ensino não se reduzirá, como geralmente se acontece, a um complexo de lições decoradas, que de nenhum modo desenvolvem a memoria. O melhor exercicio para o desenvolvimento desta facultade é o da composição oral.

O alumnos dispõem de idéas claras e tem um auditorio effectivo (a classe ou a escola). Basta, portanto, que exponham o resultado de suas investigações individuais, de visitas, de excursões, de experiencias, ou que proponham soluções a problemas que preoccupam a classe, ou que apresentem os meritos dos diferentes modos de proceder de seus discipulos. Tais composições não podem transformar-se em simples exercicio retórico e artificial, que representem o offícioma em sua função natural, como ás vezes se usa no curso da vida social.

Não deverá passar-se uma semana, sem que um dos alumnos faça uma exposição mais ou menos extensa aos collegas (não ao professor somente); e comem advertir que é funesto para a pratica da linguagem e da conversação oral o excesso de perguntas formuladas pelo professor, que só deixa aos alumnos o exercicio de respostas laconicas e ás vezes, de um monossyllabo. Semelhante interrogatorio ha de se proscrever em absoluto.

Ao contrario do que se pratica em geral, devem obier o predomínio nas aulas de Castelhana, a leitura silenciosa e a composição oral.

VII—EXERCÍCIOS ESCRITOS

O que ficou dito no stítnete à composição oral é igualmente applicavel à composição escrita. O programma insiste na importancia da fórma epistolar, além de outras que a composição possa adoptar. Qualquer que seja, porém, a fórma do exercicio escrito, seu valor depende não só de uma situação real, como tambem de um motivo que ponha em jogo toda a actividade creadora do alumno.

VIII—CORRECÇÃO DAS COMPOSIÇÕES

Uma das preoccupações do professor, neste caso, é a de ensinar aos alumnos criticar e apreciar intelligentemente os trabalhos proprios e alheios. A critica do professor, que é imprescindivel, deve ter como supplemento a critica dos companheiros do autor do trabalho. As seguintes indicações serviro de modelo para um plano de critica:

- 1) Leia a composição.
- 2) É interessante? Prove-o.
- 3) O autor manifesta o interesse pelo assumpto?
- 4) Não transvia do assumpto? Ha idéas inúteis?
- 5) Ha alguma expressão nova?
- 6) Mencione palavras bem empregadas.
- 7) Indique alguma oração ou orações bem construidas.
- 8) Indique as orações mal construidas.
- 9) Ajude o companheiro a aperfeiçoar-as.
- 10) Cite os erros de grammatica, etc.

Em summa, ajudar aos companheiros é a idéa predominante da correccão das composições.

Será relevante dividir-se a classe em grupos de cinco alumnos, que se incumbirão de corrigir as composições, antes de serem apresentadas ao professor. Cada grupo designará, dentre os companheiros um chefe ou presidente.

IX—VOCABULARIO

Si é conveniente manejar a lingua com alguma riqueza de fórmas na construção das proposições, é melhor importancia a aquisição de um vocabulario que possa occorrer ás necessidades da expressão.

O maior obstaculo literario e social dos cidadãos é, sem duvida, o vocabulario reduzido e vacillante que possuem. Además, cada termo novo aprendido augmenta tanto o poder do pensamento como o de expressão.

Eis porque o professor deve sempre timbrar-se no numero do vocabulario dos alumnos e no emprego de exercícos em que se empreguem o tempo exacto e a expressão característica na transmissão das idéas.

X—A LEITURA NO 1.º ANNO

O programma recommenda uma série de exercícos que contribuam a tornar mais rapido e agradável o ensino da leitura no primeiro anno.

As escolas de varios paizes comecam o ensino da leitura não com a analyse phonetica, mas com o emprego de expressões de significação communissima e effectiva, ao alcançe dos pequenos; rimas e pequenas estancias, que já aprenderam de cor; trechos de cinco ou seis palavras formadas por elles mesmos; a proposito de algum contozinho que dramatizaram.

A isto se acrescenta a leitura accidental de palavras que exprimem os actos mais communs, como: levantar-se, assentar-se, etc. Durante este tempo, é preciso que os livros educandos comprehendam o conteúdo da leitura, distingam a linha de contra, e reconheçam cada vocabulo isoladamente, sem analyse phonetica.

Não é occasião para estender-se sobre a variedade dos exercícos que servem para manter o interesse dos petizes; basta dizer que a methodologia se inspira no proposito de tornar alegre e affectivo o ensino, e que a formula mais a miude empregada pelo professor deve ser esta: "Vamos brincar"...

Ao cabo de umas cinco semanas, dedicadas ao trabalho preventivo, achar-se-ão os pequenos habilitados para ler as narrações de seu livro, profusa e artisticamente illustrado. Só então depois de alcançado este desenvolvimento dos alumnos é que o mestre poderá introduzir a analyse phonetica.

E'tal a vantagem que advem destes processos, que muitos meninos chegam a ler, durante o anno lectivo, dez a vinte livros conformes à sua capacidade. E' de se esperar, pois, que o ensino da leitura se reforme de modo que, presente aos educandos, desde as primeiras lições, um conjunto de expressões que encernem um pensamento completo, captivem sua attenção e provoquem o desejo de ler mais e mais. Será necessario, para isso, não só um primeiro livro, mas uma série de primeiros livros, além de grandes folhas de papel em que venham escritas as lições rudimentares para o inicio do ensino da leitura.

XI—GRAMMÁTICA

A tendencia moderna é de reduzir o ensino da grammatica ao estítnete indifferente para a correccão da linguagem e aquisição de um conhecimento superficial da estrutura da phrase. Si ainda subsiste no programma um ou outro thema que não se cinja perfeitamente a essa tendencia, é devido à necessidade de noções grammaticas do proprio idioma, no estudo de linguas estrangeiras (franc-z e ing-lêz) já introduzidas nos 5.º annos das escolas primarias.

A observação dos erros de linguagem dos alumnos, com a perseverante correccão, é um dos elementos praticos do ensino da lingua, o qual não pôde ser descurado, sem prejuizo dos educandos. Nos primeiros annos a correccão é pratica, sem mencionar regra alguma; nos ultimos annos, porém, impõe-se o motivo dellas.

XII—OBRAS LITTERARIAS RECOMMENDADAS

O programma consigna para cada curso certo numero de obras cuja leitura é recommendada. Tal distribuição tem o caracter apenas experimental, e não tem as feições de uma norma fixa e indispensavel.

A bibliotheca escolar ainda não se organizou; falta por conseguinte o fundamento experimental que assigna e a cada curso as obras mais apropriadas. Para a formação e classificação das listas dos livros do programma, estribou-se o autor no que occorre em outros paizes e na sua opinião pessoal, illustrada por distintos professores de castelhano, não deixando, porém, de reconhecer que a experiencia poderá ainda dictar modificações na distribuição estabelecida.

XIII—BIBLIOTHECA

O programma ficara impraticavel em uma de suas partes essentiaes, si a escola não possuir uma bibliotheca.

Como é um das obrigações primordiais da escola incluir nos alumnos o gosto pela leitura, e como a leitura é em alguma cousa mais que um syllabario e trechos de leitura; livres que se adaptam à sua experiencia e interesses.

Obras illustradas, com contos, narrações historicas, offíciomas da natureza, permitirão que os educandos adquiram o desejo de gosar a belleza litteraria, bem como augmentarão sua cultura mediante um esforço independente que vão conquistando durante o curriculum dos estudos. Acordar nos alumnos o entusiasmo pela bibliotheca é um dos mais importantes objectivos da educação moderna, e ainda que pareça exaggerado, poder-se-la diffundir nos lares e mesmo nas localidades que desejam e procuram se bem estar.

Na impossibilidade de que o Governo possa proporcionar uma bibliotheca a cada escola, já que a situação economica do paiz não o permite, é necessario que a falta do curso offícial seja supprida pela iniciativa da sua abnegação e perseverança do pessoal docente e directivo da escola, procurando obter dos paes de familia e das autoridades locais, meios de prover a escola com os livros indispensaveis à educação das crianças.

XIV—QUADROS

O programma introduz a observação systematica de quadros artisticos. E' de esperar que o commercio forneça material de primeira ordem, como offerecem os editores européus e americanos.

Entretanto, incumbe ao professor empenhar-se por apresentar às classes as mais bellas illustrações de livros ou revistas ao seu alcance, não só para apurar o gosto artistico, como para motivar exercícos de linguagem: enumeração, descrição, narração, interpretação, etc.

XV—DRAMATIZAÇÃO

O programma recommenda ao professorado a utilidade da dramatização, que corresponde perfeitamente a uma das caracteristicas psychologicas das crianças e ao mesmo tempo tem o merito de encarnar um intenso espirito social.

A dramatização consiste na representação viva, feita pelos alumnos, de uma poesia ou narração, lidas na aula ou fóra dellas, ou de um conto ou historia, que o professor lhes tenha relatado.

Conservando ainda viva a emoção que receberam, exija o professor das crianças que interpretem como actores o

trecho lido ou narrado, sendo até de relevancia que os interpretes sejam escolhidos pelo mestre ou pelos proprios collegas.

A dramatização é um exercicio valioso, pois cultiva a naturalidade de expressão. E' tambem um auxilio para os tímidos, que se devem acostumar a interpretar os sentimentos artisticos de outrem. E' preferivel um conto curto e que mais se preste para a dramatização.

Não é este um exercicio activo, só pelo facto de pôr em jogo as facultades artisticas do actor: a voz, os gestos, o movimento do corpo; mas porque exige effortos das facultades creadoras.

Com effecto, quando o caso requer, devem os alumnos idear o dialogo e dispor os scenas. A dramatização se estende desde a reprodução animada de uma simples poesia, até a transformação de uma narração expositiva em peça dramatica.

Para isso, convem que os meninos se compenctrem previamente da intenção da historia a se dramatizar, e que tenham em vista os principais personagens que fazem parte della.

Assim, procederão com naturalidade e espontaneidade, usando linguagem propria e se libertarão pouco a pouco dos auxilios do professor.

Sendo observada esta disposição do programma, o professorado reconhecerá em breve magnificos resultados no tocante à linguagem, maneiras, alegria e sociabilidade dos alumnos.

(Continu...)

TESTS

POR NELSON ROMERO

Distribuirá tu, como prometti, vinte copias do test que ultima mente enlyse, a vinte alumnos.

Eis o test:

Foi em março, ao findar das chuvas, quasi á entrada do outomno, quando a terra, em sede requemada, bebêra longamente as aguas da estação, que, em bandeira, buscando esmeralda e prata, á frente dos pedes, fibres da rude mata, Fernão Dias Paes Leme entrou pelo sertão.

BILAC—Caçador de Esmeraldas)

3 minutos.
Dize-se o certo; rectifique-se com uma só palavra o errad, e tambem só com uma palavra se responda ás perguntas:

- Março é o 3.º mez do anno;
- Março tem 31 dias;
- Março é mez quente;
- Em Março comeca a primavera;
- Se em Março entra o outomno, termina o inverno;
- Outomno é a estação das colheitas;
- NO Brasil não se sabe praticamente o que é o outomno;
- Nós temos sede requemada?
- De que estação diz o poeta que a terra bebêra longamente as aguas?
- A bandeira de que se fala será talvez o symbolo da Patria?
- A esmeralda é pedra de que côr?
- A prata é metal nobre?

Peões são jogos das creanças e são filhos da rude matta, porque feitos de madeira.

E' a isto que allude o poeta?

Que são os filhos da rude matta, ou filhos do sertão?

Fernão Dias Paes Leme, nome de um corajoso descobridor do sertão.

Agora as respostas, sem referir as phrases que foram deixadas intactas.

Março é mez quente—Dois alumnos accrescentaram—no Brasil.

Em março começa a primavera—na Europa—5 alumnos.

Em março entra o outomno, termina o inverno —(o verão)—9 alumnos.

Nós temos sede requemada?—Não —(20 respostas).

De que estação diz o poeta que a terra beberá longamente as aguas? Do outomno—12 respostas.

Do inverno—8 respostas.

A Bandeira de que se fala, é symbolo da Patria? E—7 respostas.

Da «A Escola».

Diracções para o estudo de geographia local

(Ignacia Guimarães)

O novo programma de ensino instituiu o estudo systematico de geographia local.

Excursões e visitas a lugares de utilidade pratica para a educação social e civica do alumno são prescriptas e julgamos opportuno fornecer aos professores algumas instruções para o desenvolvimento desta parte do programma.

Não será indicado o methodo para estas lições por isso que ao professor cabe determiná-lo de accordo com as circumstancias presentes. Faz-se apenas suggestão da variedade e originalidade da parte do professor que está mui habituado a usar este meio em seu trabalho.

Deve-se ter em vista que o objectivo destas visitas e excursões é abrir os olhos do professor e dos alumnos para o mundo industrial e physico que o cerca e induzilo a descobrir nestas cousas tão instructivas os problemas fundamentais da vida.

Supponhamos que os alumnos do primeiro anno de um grupo escolar de Bello Horizonte fazem uma visita á torre do edificio do Conselho Deliberativo.

Antes de acompanhar a classe, a professora visita a torre e estuda o scenario que de lá se descortina, afim de organizar a serie de topicos que apresentará aos alumnos para guial-os em suas observações.

Quinze minutos antes de partir para a visita, palestra a professora com os alumnos (cinco ou oito), fazendo-lhes algumas perguntas e suggestões, como por exemplo: Gostariam de visitar um lugar de onde pudessem avistar uma grande parte da cidade? Que

lugares indicam Vocês? Um delles, naturalmente, indicaria a torre mencionada e esta poderá ser preferida. Pede-lhes então a professora que nomeiem alguns bairros, edificios, estabelecimentos industriaes e accidentes geographicos que se pótem avistar do lugar escolhido. Pergunta-lhes até que distancia calculam elles poderem avistar; si avistarão suas casas ou de alguns conhecidos; se podem calcular a altura da torre e outras perguntas que lhes possam interessar pela visita.

Com essas perguntas preliminares, preparam-se as crianças para melhor observarem por si mesmas, quando lá chegarem.

Chegadas á torre, as crianças vão nomeando o que vêm e começam a localizar este ou aquelle edificio, este ou aquella cousa. A professora póde ensinar-lhes os pontos cardaes, dar-lhes idéa de horizonte, noções de accidentes geographicos, aproveitando tudo que possa favorecer o ensino.

No dia seguinte, na escola, discutem-se as experiencias colhidas na excursão.

Faz a professora com que as crianças, uma por uma, discorram sobre a visita, dizendo o que viram em cada uma das quatro direcções: norte, sul, leste e oeste. Para illustrar a lição, a professora porá no soalho um grande pedaço de papel, collocando o alumno no centro do mesmo. A medida que elle vae designando as cousas vistas da torre, ella ou um outro alumno vae assignalando no papel com giz, as mais importantes. Este «mappa» será depois usado no estudo da cidade.

Para exercicio de linguagem, os alumnos podem expôr o que viram em sentenças completas, usando-se estas para exercicio de dictado e depois de copia.

Depois destes exercicios, os alumnos estão preparados para comprehender o mappa da cidade.

METHODO «PROJECTO»

Estas linhas são escriptas afim de tornar conhecido superficialmente o novo methodo que tem excellentes resultados, se vem adoptando nas escolas alemãs e americanas—o methodo «projecto». Tem por fim este methodo substituir nos grammas de ensino a multidão de topicos por algumas unidades centras de estudo. Evita que os professores desperdicem tempo e energia preparando um sem numero de lições e que os alumnos aprendam factos isolados ou aliquantas noções vagas, sem applicação pratica e immediata, das diversas disciplinas constantes dos grammas do ensino.

Uma de suas grandes vantagens é a de ensinar o alumno a estudar por si, a depender o menos possivel do auxilio do professor, no preparo de suas lições.

Uma unidade de estudo, desenvolvida sobre a base de uma idéa construtora, mostra a creança como deve obter informações e como organizar seus conhecimentos logicamente.

A primeira vista, parece impossivel que, por este methodo, se possam ensinar todas as disciplinas, simultaneamente, resparsalado em todas ellas.

É necessario a muitos professores observarem a applicação deste methodo, conhecerem de aviso seus resultados, para que possam crer em sua efficacia.

Para escolha das unidades de estudo, deve se observar algumas regras, sendo aqui mencionadas as essenciaes:

1. Deve conter uma idéa central, para a qual convirjam todos os factos.

2. Deve encerrar um principio do desenvolvimento do processo de aprendizagem.

3. Deve ser concreta: representada por um objecto, pessoa, ou processo, como, por exemplo, «Saneamento do Rio de Janeiro», «José Bonifacio», «A Cultura do café no Brasil», etc.

4. A idéa, a medida que se desenvolve, deve ir agrupando, ao redor de si, conhecimentos que se vão assimilando em sua propria estrutura.

Póde ser comparada á planta que, crescendo, assimila em seus proprios ramos as materias de que necessita para desenvolver-se.

5. Deve ser tão viva e tão pratica que sirva de chave de interpretação para um grande numero de empreendimentos mais ou menos luctuosos.

Tomando-se, por exemplo, o topico «Saneamento do Rio de Janeiro», deve este ser desenvolvido com tal minuciosidade, que o alumno fique perfeitamente habilitado a fazer o estudo do saneamento de Recife, de Vienna, da Zona do Canal de Panama, etc.

Não é necessario dizer que o estudo de topicos com este serve de base para o desenvolvimento de lições, taes como, de historia, fundação, principio de factos historicos que no Rio de Janeiro, de geographia physica, politica, social, commercial, industrial, de leitura, de arithmetica, de hygiene, de ciencias physicas e naturaes, de escripta, de desenho, etc.

6. Seu principal objectivo deve ser desenvolver o habito de ordenar idéas, de pesquisar, de observar, de analisar, comparar, julgar, obter intuicões, ensinar, exercitar o habito de estudar e aprender sem auxilio de catrem.

7. É necessario que o professor conheça bem todas as disciplinas do programma para que possa organizar os planos de estudo e que tenha absoluta confiança no resultado do emprego deste methodo, antes de adoptá-lo definitivamente.

8. Toda a unidade de estudo deve constar de dois passos: primeiro—do desenvolvimento, em que se manifesta concretamente, como, por exemplo, si escolhessemos o topico «O algodão», teriamos que estudar a cultura do algodão em Minas, em todos os seus detalhes. Seria o primeiro passo. Estudariamos, em seguida, a cultura da mesma planta nos demais centros, escolhendo-se de preferencia os de grande produção, pelo processo de comparação, o que constituiria o segundo passo.

Não é possivel que o methodo projecto se torne conhecido por meio de uma simples exposição. Contamos apenas despertar a curiosidade e chamar a atenção dos professores amanes do progresso do ensino para esta novidade, afim de que, em melhores fontes, possam obter mais seguras e satisfactorias informações.

Linguagem e Civismo Correlacionados

(TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO)

O professor prepara quadros em que se encontram as seguintes perguntas:

1. Sou bom cidadão brasileiro?
2. Conheço a historia de meu paiz?
3. Cbeço ás leis de minha patria?
4. Honro e respeito a bandeira brasileira?
5. Sou honesto, verdadeiro e corajoso?
6. Respeito meus paes?
7. Cbeço de bom grado e prontamente em casa e na escola?
8. Sou atractivo e amavel para com as pessoas e os seres, e inclino para com as criancinhas e bondoso para com os animaes inoffensivos?

9. Sou delicado e serviçal para com toda a gente?

10. Estou sempre disposto a partilhar meus prazeres?

11. Sou asseado?

12. Sou sadio?

13. Tenho boa apparencia?

14. Emprego bem meu tempo?

15. Sou economico e cuidadoso?

16. Economizo parte de meu dinheiro?

17. Lembro-me sempre de que Deus está em toda parte e tudo vê?

Collocados os cartões em logar bem visivel na sala de aula, o professor iniciará a lição de lingua patria pedindo aos alumnos que componham pequenas historias que se relacionem com as perguntas que se encontram nos mesmos, devendo cada alumno escolher as que mais lhe agradem. Chamado um alumno, este dirá, por exemplo:

«Estava a brincar no jardim de minha casa. Minha mãe chamou-me. Gostaria de continuar a brincar, porém desejo obedecer a meus paes. Fui, com rosto prazenteiro, para casa, e perguntei-lhe delicadamente: «A senhora chamou-me?»

A classe é convidada a indicar qual a pergunta tomada para assumo ou thema desta historia.

Feita a pergunta a todos os alumnos, um delles será chamado para dizer que a de n.º 6 ou 7.

Illustrações:

17. José foi beber agua. Deixou um nickel sobre sua carteira. Seu collega tirou-o e pol o no bolso, sem que ninguém percebesse. Ao voltar, José não encontrando o nickel pôe-se a chorar. Seu collega não se incommoda porque sabe que ninguém lhe pode accusar a falta».

8. «Meu avô é muito idoso. Para andar tem de apoiar-se a uma bengala. Hontem elle passeava pelo jardim e a bengala caiu-lhe da mão. Meu irmão correu para apanhá-la. Vovô ficou muito contente e disse: «Muito obrigado, meu querido».

2. «A professora disse que iam aprender um hymno a Tiradentes».

Maria perguntou: «Quem é Tiradentes?»

14. «Rogerio tinha problemas muito difficeis para resolver. Sentou-se á carteira e pensou que seria muito mais divertido fazer algumas caricaturas. Tomou lapis e papel, ia iniciar o desenho quando uma voz interior lhe disse: «Seria melhor que fizeses primeiro teu trabalho». Elle tomou os problemas e resolveu-os todos».

3. «Carlos está aprendendo a guiar automovel. Foi á cidade passando pela rua da Bahia a toda a velocidade. O inspector de vehiculos fel-o parar e pediu-lhe a carteira. Carlos confessou que não a possuía ainda. Foi levado á delegacia e teve de pagar multa».

O alumno chamado para dizer a que pergunta se applica a historia, deve explicar porque assim pensa.

O professor, usando este processo, consegue exercitar a imaginação dos alumnos e desenvolver nelles os bons sentimentos, ensinando-lhes tambem a exprimir com clareza e correção seus pensamentos.

ESTUDO DO JAPÃO

USANDO O METODO "PROJECTO"

(Adaptação de uma lição publicada em

"Primary Education")



pede que alguém identifique.

Está, por esse meio, despertado o interesse dos alunos, prontos para trabalhar.

Sabendo a classe que o paiz a ser estudado é o Japão, a professora pedirá que cada alumno faça o possível por trazer á escola alguma cousa que represente esse paiz: photographias, gravuras, quaesquer objectos feitos no Japão, taes como, porcellana, ventarolas, lanternas, caixas, cortinas, etc.



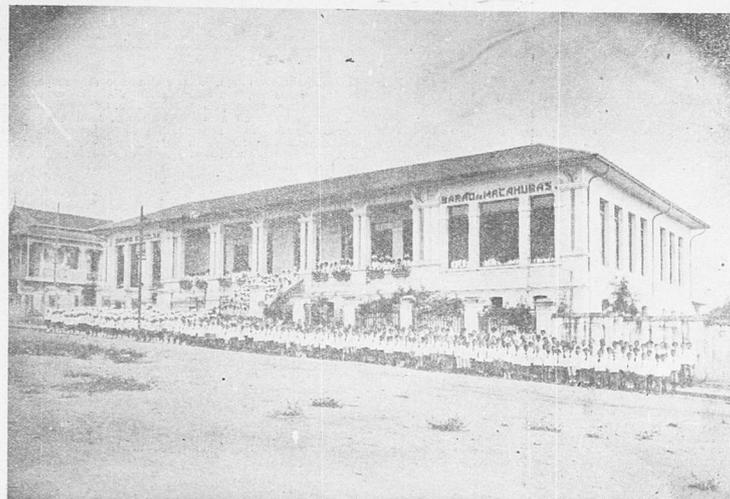
Dentro de poucos dias, haverá na escola uma variadíssima colleção de objectos japonezes, incumbindo-se ao alumno de organizá-los, classificá-los, mais ou menos como na gravura n. 1.

Emquanto isso, o paiz va sendo estudado minuciosamente:

nas aulas de leitura, trechos de jornaes, de revistas, de livros, que se retiram ao Japão, são lidos; nas de arithmetica, problemas que se relacionem com a geographia economica, industrial e physica, são resolvidos; nas aulas de lingua patria, as composições versarão sobre o paiz, sobre a vida, usos e costumes dos japonezes; nas aulas de educação physica, os alumnos aprendem bailados japonezes, tendo já, nas aulas de trabalhos manuaes, confeccionado os costumes, como na gravura numero 2, depois de terem feito o desenho dos mesmos na aula de desenho.

Na ultima semana de estudo deste paiz, haverá na escola uma festa japoneza que constará de dramatização, gravuras n. 3-4-5, bailados e exposições dos trabalhos feitos com relação ao estudo, e dos objectos colleccionados.

As pessoas que comparecerem, os alumnos fornecerão chá, á japoneza, recebendo offertas para cobrir as despesas ou para a caixa escolar.



GRUPO «BARÃO DE MACAHUBAS». (Bairro) da Floresta.)

VISITA A UMA CASA EM CONSTRUÇÃO

Procure-se uma casa cuja construção se acaba de iniciar. Todo o processo da construção pôde ser observado facilmente. As crianças apreciam imensamente observar o material de construção, discutir sobre a origem e preparo do mesmo, examinar os instrumentos e acompanhar o trabalho dos operarios.

A primeira visita pôde ser feita quando se fazem os alicerces do predio. Deve-se levar a criança a notar a profundidade, a espessura e divisão das paredes. Em classe, faz-se a descrição do material, dos instrumentos e do trabalho observado. Um desenho é feito no quadro para illustrar a planta da casa visitada.

Resolvem-se problemas sobre a construção, applicando dados pedidos pelos alumnos, por occasião da visita. Discute-se sobre o material empregado na construção, no mappa localizam-se os lugares de onde provem o material e os instrumentos usados na construção.

A segunda visita deve ser feita quando o predio está sendo coberto. Faz-se então apreciação ou critica sobre o ponto hygienico e esthetico. Observam-se o madeiramento, instalações que já se encon-

tram, etc. Faz-se que seja notada a dependencia de uns operarios para com os outros.

A terceira visita deve ser feita quando o predio estiver sendo pintado.

A ultima quando estiver terminado.

O material, os instrument s, a habilidade dos operarios empregados na construção, devem ser objectos de estudo e discussões bem orientadas em classe.

Horas de trabalho, salario, especialidade de cada operario, dependencia de uns operarios de outros, sua importancia em nosso conforto e bem estar, devem ser conhecidos dos alumnos ao fim deste estudo.

São cousas de importancia na vida de todo individuo e de interesse publico de todo o mundo civilizado.

Da construção de uma casa, pôde-se partir para o estudo de varios ramos da industria e de diversas occupaões dos habitantes de uma localidade.

Toda visita deve ser illustrada em classe com desenhos, mapps, etc.; deve servir de assumpto para descrições e palestras, objectos para problemas em arithmetica e geometria, topicos para as aulas de geographia e de historia, de hygiene e de estudo de ciencias naturaes, de moral e de civica.

PAGINAS HISTORICAS

GONZAGA

Seu papel na Inconfidência

(POR LUCIO JOSÉ DOS SANTOS)

(Continuação)

A 3 de Fevereiro, continuou o interrogatório servindo de cenário, na ausência do Desembargador Marcellino Cleto Nunes, Manoel da Costa Couto, cuja linguagem reproduzimos fielmente.

Fizeram sentir a Gonzaga que já sabiam de todos os planos da conjuração, não só pelos seus inimigos como também pelos seus amigos: — Respondeu que, então, falaram á verdade, «que quando as razões porque assim o affirmou o Reo Respondente produzirá a sua defeza mostrando o sentido e a facilidade delas».

Entraram-lhe que as affirmações de ser elle sabedor de tudo provinham de Claudio Manoel, Alvarenga e Conego Luiz Vieira: — Respondeu que, a serem estes entrados na conjuração, pediam ter dito aos outros que elle, respondente, também, o fizera, seja para lhes animar as esperanças, seja para que não fallssem a elle Gonzaga, suppondo que já soubesse. E' falso que tenha entrado na conjuração. Diz que já havia arranjado, com o contractor João Rodrigues de Macedo, o dinheiro necessário para a viagem; que não fez vestido lúcio pela morte do sereníssimo Infante, porque esse vestido não ia servir na Bahia; que havia combinado com Alvarenga e Conego Luiz para se retirar para o Rio de Janeiro.

Diz que foi sempre zeloso e fiel Vasalloy. Diz que a sua conversação com o Inconfidente, a que já se referiu nas respostas anteriores, foi feita em presença de Alvarenga; o que não faria si fosse socio d'ella conjuração; e protesta pela attenção do dito Intendente, pois está no mais rigoroso segredo, mas precisa defender-se, e Sua Magestade não hade querer castigar innocentes por falta de natural defeza.

Sempre insistiu com o General pelo perdo da derrama. Insiste pela attenção do Intendente e do General, e diz que a falta lhenão sirva de prejuizo antes se julgue provada esta defeza por não ser de acreditar que um Reo peça documentos fálhos a um Excellentissimo General e a um Ministro, que por idéa sua e por damno de maior d'ella, a despeza de alguns contrarios lhe serviriam de maior d'ella.

Objectaram-lhe os juizes que isso era indício e não provas a seu favor; que podia ter deixado de fazer o vestido por economia; que o respondente só tratou de apressar o seu casamento quando se viu perdido; e que quando já havia receio de ter respirado e ter sido sabido o projecto: — Respondeu que esses indícios devem ser validos para a sua defeza, até prova em contrario. Só demorou o casamento á espera de licença; não vindo a licença de Sua Magestade solicitou-a em Abril, do General, e tendo-a obtido, já tratava de se retirar. Si seu desejo de viajar fosse só porque viu a cousa perdida, não haveria de pedir que e não fizesse a derrama, antes desistaria que ella se fizesse, pois seria esse o interesse da conjuração.

Diz que na sua casa estavam hospedados Alvarenga e Padre Carlos; Claudio era sempre frequente ali. Poderia, entretanto, o respondente não ter ouvido as conversas destes, pois estava occupado em bordar um vestido para o seu casamento, e não se levantava desse serviço senão para a mesa. Precitava que lhe dissessem dias e horas, e quaes as pessoas com quem conversou, «para poder produzir assua negativa quastada». (*)

Retrucaram-lhe que, conforme o depoimento do Conego Luiz, o respondente, em certo dia, em sua casa, dissera que a sublevação para a sublevação se tinha perdido, por ter sido suspensa a derrama, e isso em presença do dito Conego Luiz Vieira e de Alvarenga; e mais que, em casa de Claudio,

jantando ali Alvarenga, Luiz Vieira e o reo respondente, falaram ainda naquella materia; além disso, em casa do respondente, em presença de Claudio, Pe. Carlos e Alvarenga voltaram a tratar do assumpto, como também em casa do Te. Cel. Francisco de Paula, estando presentes, o respondente, Alvares Maciel, Alvarenga, Pe. Carlos, Pe. Rollim e o Alferes Joaquim José: — Respondeu que sem duvida, alguma vez, podiam fallar emsepderem Levantar os Povos do Brazil ou que elle Respondente poderia dizer que se perdera hum boia ocaziõ ensenou por a derrama mas que esta pratica de quemem deCerto seLembra não podia serseña õ hapoxuz dependencia enão deacto (x) Si quizesse a derrama não iria fallar ao Intendente e ao General.

Diz que foi algumas vezes á casa do Te. Cel. Francisco de Paula, «que he verdade concorrera hum noite com as pessoas declaradas e que lheparece estavam também o Capitão Maximiliano de Oliveira Leyte, o Doutor Francisco Paes Brazili ou que elle Respondente poderia dizer que se perdera hum boia ocaziõ entrou nadida casa pouco mais ou menos junto ás trindades tomou xá e retirouse semque se fallasse em materia de Levante nem porhipotezi. Que he verdade que seencontrou nadida casa com o Alferes Joaquim José da Silva Com o Coronel Alvarenga e Lheparece também estava oVigario daVilla deSão José Sómente mas que nãoostaciou Convergerea eLheLembra muito bem por repetir o Coronel Alvarenga humas oitavas feitas ao batizado de hum filho do Excellentissimo Senhor Dom Rodrigo epor exsacnarem alguns Livros do dito Tenente Coronel entre osquaes seachava hum, que Contava asoaparrar Bandeira entre osprimeiros Portuguezes Convergerea que parece exLhe que toda aprezumta desetratar dadedicada materia deuma sedicão.

Nesse ponto do interrogatório, foram introduzidos o Conego Luiz Vieira, o Pe. Carlos Correa e Alvarenga para serem acareados com Thomaz Gonzaga. O Conego Luiz Vieira sustentou o que dissera. Gonzaga respondeu que não negava aquelle dito, mas que disseu ou fizesse cousa, em que mostrasse animo de semelhante intento de sedicão.

Perguntaram então ao Conego Luiz Vieira para que dissesse o que tinha colligido das palavras de Gonzaga.

Respondeu o Conego que nada podia affirmar da culpa do reo respondente, porque aquillo não passava de palavras. O Pe. Carlos, por sua vez, concordou em que dissera a algumas pessoas que Gonzaga fazia parte da conjuração, isso por idéa sua e para attrahir mais pessa; mas, de facto, não sabia si o réu tinha ou não entrado; é certo que, em casa do reo respondente, em conversação geral, fallou-se nas vantagens da America, mas essas conversas não chegaram a offender a Sua Magestade, porque nellas não se tomou projecto de Levante; e não sabe sobre o reo, porque, em casa de Paula Freire, «hum unica vez otopeno no top de deascada sahindo elle Vigario entrando elle Reo Respondente peloque não sabe queestive aConvergerea alguma».

Alvarenga confirmou o que já havia dito, isto é, que na conversação em casa do Te. Cel. Paula Freire, estivera também presente Gonzaga, «que porestar nestainteligencia assistidisse masque não anima aLheLembra Como couza sem duvida alguma porque poderia equivocar-se mas, quecomo este facto foipassado entre alguns seis pessoas pelo dito de mais sepodera desfazer aduvida.»

O Respondente insistiu sempre noque tinha dito deque perante elle nunca se tratara Couza deLiberativa de Levante».

Gonzaga, pois, nega firmemente ter entrado para a conjuração, e as suas razões resumem-se nas seguintes, facéis de deduzir de seu depoimento, porque elle falla sempre aríngos.

1.º — Foi denunciado por vingança de Britto Malheiro seu inimigo.

2.º — E' portuguez; tem bens em Portugal;

3.º — Estava despachado Desembargador para a Bahia, não sendo de presumir-se que trocasse couza certa e util por outra incerta e perigosa.

4.º — Estava justo para casar-se e não iria metter-se em guerra civil.

5.º Sendo portuguez, não era natural que o convidassem para a rebelião contra Portugal.

6.º Tinha insistido pela licença do seu casamento e já estava arranjando a viagem Demais, estando contractado esse casamento, havia já dois annos, não podia ser um pretexto.

7.º Vindo a ordem da derrama, fez ver ao Intendente de Villa Rica o perigo de uma revolta, porque o tributo era grande.

Um conjurado tal não faria

8.º Sempre representou ao General Visconde de Barbacena sobre o estado da Capitania, e que não se podendo cobrar as dividas, por serem enormes, dever-se-ia pedir o perdão á Rainha Ora, o interesse da conjuração seria augmentar o vexame do povo e ferir os acontecimentos.

9.º Poderia ter conversado com Claudio, Alvarenga, Conego Luiz e Pe. Carlos sobre os assumptos a que se refere, mas eram conversas hypotheticas e nada determinadas. Quando Alvarenga lhe fallou na derrama, respondeu a elle que la empenhar-se para que tal cousa não fosse feita.

10. Não sabia quaes os socios da conjuração e aquelles que elle ouvia, não acreditava que o fossem, pois essas cousas se fazem de outra forma. Ao demais, reputava-os bons e leaes vasallos.

11. Não nega que tivesse ido á casa de Paula Freire, e enumerar as pessoas que lá encontrou; contesta, porém, que ali tivesse tratado de levantar algum, tendo, havido apenas conversas literarias.

12. Conclue dizendo ter a certeza moral de que elles, os denominados conjurados, não commetteriam aquelle attentado.

Alguns alimentavam até idéas contrarias; assim, o Te. Cel. Paula Freire pretendia seguir para Portugal, sendo companheiro de viagem do respondente, até a Bahia. O coronel Alvarenga estava á espera de que o General Visconde de Barbacena lhe desse um destacamento para o Rio Verde.

Não reputava crime as conversas de simples entretenimento.

E' uma defeza bastante habil e singularmente firme. Por

vezes o interrogatório assumiu o tom de um debate entre os Juizes e o accusado. Chegaram os Juizes a reconhecer indícios em favor do accusado, respondendo este, com a maxima razão, que si eram indícios em favor de sua innocencia, deviam prevalecer até que se exhibissem provas em contrario, provas essas cuja produção estava em mãos dos Juizes. Mas, em vão apellou para elles e para o Visconde de Barbacena; não teve resposta.

Na sua oppressão, Dirceu solta o grito de angustia clamando que o rigoroso segredo em que se achava, impede lhe de obter os meios de se defender, e que Sua Magestade não ha, de querer castigar innocentes, velando-lhes a natural defeza.

Inutil tentava essa de fazer chegar ao throno da monarchia absoluta, a voz dos opprimidos.

Essa voz perdeu-se ao atravessar o complicado e defetuosso aparelho da Justiça colonial!

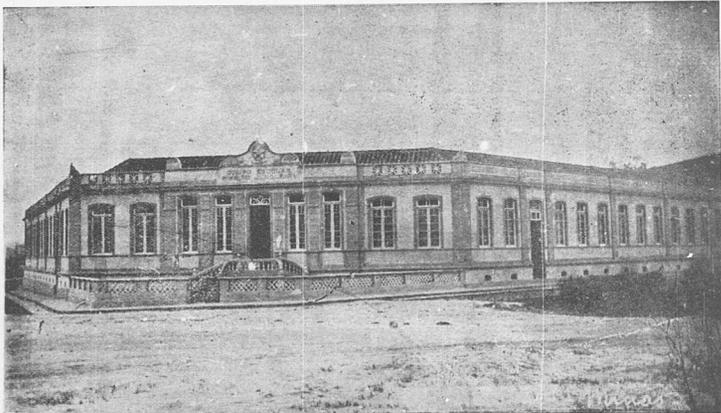
Gonzaga foi generoso com os seus amigos; não os accusou, não os denunciou. Quando lhe foi affirmado que os seus accusadores eram exactamente esses amigos, teve para elles uma desculpa commovente: Talvez dissessem aos outros que elle, Gonzaga, também fazia parte da conspiração, para que não o fossem convidar e comprometter, convencidos de que elle de tudo sabia. Solemne e tragica devia ser a scena da acreação de Gonzaga com o Pe. Carlos Correa, o Conego Luiz Vieira e o Coronel Ignacio Alvarenga.

Tem-se a impressão de que os tres amigos de Gonzaga se sentiram perturbados na presença d'elle. O Padre Carlos confessou a sua culpa em dar o seu amigo como iniciado na conjuração, quando tal cousa não era exacta.

O Conego Luiz Vieira sustentou o que havia dito no seu depoimento. Gonzaga concordou com o seu companheiro de infortunio, contestando apenas a significação que agora se dava ás suas palavras, e o Conego confirmou aquelle modo de ver.

Alvarenga quiz rcaffirmar a presença de Gonzaga na reunião em casa do Coronel Francisco de Paula, mas logo tibuteou, a legando que não o affirmava como couza certa, e que podia ter-se equivocado.

Assim pois, Gonzaga dominou a situação e pareceu sahir triumphante daquella tremenda provação, em que fôra posto em face dos seus amigos e commensaes, agora seus accusadores.



GRUPO ESCOLAR DE LEOPOLDINA

(*) A Redacção de Manoel da Costa Couto, escrivão, é pessima.

(x) Hypothese de potencia e não de acto.



CORPO DOCENTE DO GRUPO ESCOLAR DE LEOPOLDINA

VARIEDADES

ANALYSES

Uma apreciação sobre certos incentivos usados nas escolas, por ELIZABETH B. HURLLOCK, da University (in The Journal of Educational Psychology, v. xvi, n. 3, março de 1925).

A autora submeteu ao estudo experimental a influência que podem ter certos incentivos usados nas escolas, como elogios e repreensões, sobre o aproveitamento dos alunos. As experiências foram realizadas na escola pública de Harrisburg, e abrangeram 106 alunos, dos quais 60 meninas e 46 meninos. O determinismo experimental é minuciosamente relatado. O grau de aproveitamento dos alunos foi verificado por *tests* convenientemente escolhidos. Os alunos foram divididos em quatro grupos; grupo I *elogiado*, grupo II *repreendido*, grupo III (*inovado*) e grupo IV (*test-munha*). Estes grupos, no início dos trabalhos, eram perfeitamente homogêneos, quanto à idade, número de meninos e meninas de cada um e capacidade de aproveitamento avaliada por um *test* preliminar. O grupo IV, depois

de feito o *test* preliminar, foi separado dos outros tres, e recebeu os outros *tests*, em uma sala isolada; nenhum comentário sobre os seus trabalhos. Os outros tres grupos receberam, em conjunto, os *tests* seguintes, mas em condições diversas. O grupo I era elogiado pela excelência de seus trabalhos realizados no dia anterior, e estabelecidos para alcançarem ainda mais. Os membros do grupo II eram severamente repreendidos pelo seu mau trabalho da véspera, pelos erros cometidos e pela sua mania de inferioridade. Os membros do grupo III ouviam os elogios e repreensões feitos aos dois grupos, e permaneciam na sala como si fossem estranhos à classe.

Destas experiências, a autora concluiu que o elogio é incontestavelmente o mais eficaz dos tres estímulos investidos quanto o elogio; sua eficácia, porém, rapidamente declina com o seu uso continuado. E' de resultados funestos, sob o ponto de vista pedagógico, deixar desconhecidos em uma aula alguns alunos, quando outros recebem qualquer incentivo, e este efeito nocivo cresce com o tempo durante o qual os escolares permanecem ignorados.

(M. O. C.)

O CINEMATOGRAHO RURAL

Entre os numerosos motivos que contribuem para a despovoação do campo, ha um delles, que se considera muito de secundaria, e que é o entreato de capital importancia: é a falta de diversões nos povoados de tres mil habitantes, ou de uma cidade, não podiam os camponeses, por falta de communicação, chegar até os povoados proximos, onde encontrariam algum divertimento. Por felicidade, estão mudados os tempos e qual quer arraial de tres mil habitantes, ou menos, já possui seu cinema; além disso, facilitam-se os meios de communicação, encontrando o camponesino facilidade de se transportar do povoado à cidade, onde acha muitas occasões de descanso e distração. Vae ao cinema, ao theatro. Deparam-se-lhe amigos bem intencionados que lhe descrevem as maravilhas da vida urbana, e lhe servem de *clerici*.

Da volta á casa, sente nostalgia da cidade, ficando tão impressionado com o prurido de bellezas, que sonha constantemente com os prazeres que fruiu. Engodado com tanta delicia, espera, sem paciencia, a primeira oportunidade, para retornar ao seio das magias.

Não seria melhor organizar distrações no povoado? E' o que se já vem pensando nos circulos officias (Dec. de 17 de dezembro de 1923, creando o cinematographo agricola). Entre os meios que se envidam para favorecer a estabilidade dos camponeses, tem já um logar determinado, a organização de divertimentos.

Na dicção de M. Gotteland, é necessaria a instituição de cinemas, telegraphia sem fio, radio-telephonia, sociedades desportivas e musicas, nos povoados, nas colonias, em toda a vida social.

Trata-se de estudar a realização pratica de taes projectos, sendo a do cinema a mais facil.

Com effeito, o theatro não tem vida no campo, não desconhecendo os promotores de festivets dramaticos, as difficuldades insuperaveis para ensaios, ornatos e vestuario. As corporações musicas não estão mais em plena pujança e os poucos concertos que mal se effectuam ao ar livre, não têm o cunho de sufficiente diverso.

O grande recurso está no cinema: tem a conveniencia de se aprestar sem difficuldade, bastando apenas o operador. O entusiasmo pela «arte muda» será geral, e podemos afirmar que o publico das aldeas encontrará no cinema rural, as mesmas distrações que nas cidades.

Qual é o meio mais viavel de organizar-se o cinematographo rural?

Simplicissimo: apparelho, operador e pelliculas. Uma solução que, á primeira vista, parece facil é o cinema ambulante; não é, entretantes, apropriado e conveniente.

De 7 ou 8 povoados, um só ter o privilegio; e por outro lado, a mantença do cinema ambulante é assaz dispendiosa.

O que se nos afigura melhor é a doação ao povoado de um cinema municipal.

«El Ministerio de Instrucción Pública» opina que o cinema rural deve ter o duplice objectivo de instruir as creanças e educar e divertir a todos os habitantes.

O professor, para maior accommodação, ficará á frente de tudo, sendo, se possível, o operador, com uma grificação supplementar equitativa, até que se substitua por um dos alumnos intelligentes que se adestre no funcionamento do apparelho. A obtensão dos cinematographos escolares se fará por meio de subvenções da Municipalidade e do Estado, por subscrições, concertos, kermesses e donativos das pessoas generosas que se interessem pelo progresso e diffusão do ensino.

O obstaculo maior é o aluguel dos «films», o qual, segundo a tarifa commercial, é actualmente muito custoso. Obviar-se-á, no entanto, a esta difficuldade, procurando o Estado obter das casas cinematographicas, uma tarifa especial, mais reduzida. Estas casas conservam em grande quan-

tidade, «films» dos annos anteriores, já usados, podendo alugal-os por preços modicos. Alugadas as pelliculas para um povoado, uma vez servidas, passarão para outro e assim seguidamente, voltando depois ao deposito, depois que circularam por uns cincoenta povoados. Tal processo é bastante economico.

Antes de tudo, os «films» devem distribuir o publico, educando-o.

Um programma para uma sessão cinematographica no campo, poderia assim constituir-se: 1.º, «film» comico; 2.º, uma fita sobre agricultura, geographia ou sciencia; 3.º, um drama (varias partes); 4.º, um «film» sobre hygiene, moral, etc.; 5.º, «film» comico.

Com a realização deste ideal, os campones não se abançarão de sua terra e trabalharão com mais gosto e prazer.

Entre as medidas que o governo tomar, figurará a do cinema rural em logar de destaque, por ser grande a influencia e facil a realização.

(Da Revista «El Monitor de la Educación Común», de Buenos Ayres).

BIBLIOTHECAS POPULARES

Telegamma do Mexico annuncia que o governo daquelle paiz vae empregar quinze milhões de «pesos» na instalação de bibliothecas destinadas aos operarios e do ensino primario das populações do interior do paiz.

Está bem orientado o governo que assim procede: faz obra de benemerencia e de previdencia social.

Um dos graves problemas que decorrem da alphabetização das massas proletarias é esse da sua instrução post-escolar.

Deixando os bancos do Grupo aos 14 annos, aos 12 e ás vezes menos, é bem possível que os meninos nada mais encontrem para ler que lhes provoque e estimule a curiosidade, e os superficialis, dogmaticos e encyclopedicos conhecimentos que adquiriram, vão-se esbatendo, embaralhando-se, perdendo-se completamente ante as solicitações fortes da vida—quer de trabalho quer de ociosidade.

A solução está, a meu ver, na divulgação das bibliothecas populares, esparsas por todas as cidades, ao alcance de todos, de facil accesso, convidativas, mesmo, por sua disposição, commodidades que offereçam a empregados intelligentes que dellas sirvam.

Final, os pobres, tambem elles têm as suas horas de ocio, que procuram preencher de modo a bocejar o menor numero possível de vezes.

Não podem ir ao theatro; ou não existe no logar ou a entrada é de preço exaggerado.

O cinema diario representa uma despesa que o minguaudo salario não pôde supportar.

Então apparecem os boteguins e as tavernas como unico refugio.

Depois de perambularem á tôa, de palestrar pelas esquinas, vae o operario á venda para «molhar a guela» e descansar as pernas.

Ah! passa algumas horas, muito mais do que era necessario, e volta á casa para dormir, a pena

Com as bibliotecas populares, porém, a solução do preenchimento das horas de ocio estaria encontrada ainda mais si emprestasse livros para a leitura a domicilio.

Éra uma obra em pról das familias pobres e da regeneração de certos lares meio abandonados.

A principio, talvez o povo desertasse as salas de leitura, mas pouco a pouco os cartazes de propaganda, os reclames dos bons livros, o ambiente favorável, a boa iluminação, as cadeiras commodas, iriam attraíndo os homens, arrancando-os ás tavernas.

Na America do Norte, segundo o testemunho de Omer Base, faz parte do programma primario, invariavelmente, o seguinte: «Ensinar ás creanças o uso da Bibliotheca».

Cada grao de estudo tem a sua bibliotheca propria—a de referencia, e outra de emprestimo de livros a domicilio.

Tambem naquelle paiz a leitura está vastamente espalhada. Ha salas de leitura por toda a parte. Nenhum tempo é perdido: nos 10 minutos de espera de um trem, na estação, pôde-se ler alguma cousa, pois haverá sempre por ali uma bibliotheca.

Os proprios mendigos, que nem pouco certo, nem almoco têm, nem elles estão privados da leitura sadia e reconfortante, que tornou aquelle povo digno de inveja no mundo inteiro.

É difficil, necessariamente, o custeio de boas bibliothecas, tanto mais que ellas não devem ser apenas, na linguagem de Posadas, um museu de livros antigos, mas, ao lado destes, deverã possuir todas as boas produções modernas que forem apparecendo, conforme o meio social a que se destinarem.

E mais: os periodicos, as revistas litterarias e scientificas, de conhecimentos uteis; obras de divagação de noções de hygiene, de chorographia do Brasil e da nossa historia.

Sae hoje da escola um menino e não quer raler os seus livros tãntas vezes recordados, interpretados, resumidos.

E como nada mais encontra, serve-se de almanacks, de pamphletos incendiarios e até mesmo de publicações immoraes, sordidamente passadas de mão em mão, com as quaes se vae deformando o caracter nacional.

Si «a leitura completa o homem», é necessario que essa leitura seja boa, nacionalista no bom sentido do termo, facil, accessivel a todos, edificante, tendo um ideal, instruíndo o espirito e formando o coração dos leitores.

Porque, francamente, para os almanacks ou as *Simplicidades de Bertholdinho* e a *Despedida de João Brãndão*, não valia a pena esse esforço de quatro annos de ensino primario, ás vezes tão multiplicadas como os pães das Escripturas.

ALCEU DE SOUZA NOVAES.



Do canto nas escolas

(POR JOSE' EUTRÓPIO)

(Continuação)

SEMENTE QUE SE PLANTA E MAIS TARDE GERMINA E FRUCTIFICA



a alma infantil se depositam de modo duradouro as impressões colhidas na sua tenra idade. Mais tarde, quando adulto, a criança de hoje erguerá, por um estudo mais sério uma pratica consciente, sobre a estratificação que a elle lhe ficou da infancia, o edificio dos conhecimentos mais completos.

Se alguma criança houver que tenha a vocação para a musica, esta aprendizagem mais eficazmente contribuirá para consolidar esse pendr, e exercerá assim um papel decisivo no seu futuro. uantas bellas voçações ha por ahi que por falta destes primeiros estímulos—all's de grande importancia fenecem, desapparecem sem serem, sequer, suspeitadas?

O canto escolar não é um curso de musica mas é poderoso elemento de cultura e progresso, que o professor deve guiar com consciencia e seriedade.

CANTA-SE POUCO NO BRASIL

Entre os povos cultos do mundo somos nós, brasileiros, o que culive o canto. E isso se deve em grande parte, si não exclusivamente, á pouca importancia que ao canto desde cedo, nos lares e nas escolas, se dá. Manifestação natural de alegria, na criança o cantar é uma modalidde natural do movimento, da irrequetude propria da pouca edade. Ao mestre compete aproveitar esta tendencia e dar-lhe uma direcção fructifera.

O CANTO RECREIA, EDUCA E AMENIZA A VIDA

O canto deve divertir, recrear e educar. Incorporado nos bons habitos da criança, continúa o amor á musica, e principalmente do canto, como tal, pela idade adulta.

E só assim pôde-se realizar o bello ideal que já outrora, ha milennios, tiveram os gregos, dos quaes diz Faria de Vasconcelos que vian neste ensino um meio de amunir a criança para tãda a vida, de um viatco preciso de sabedoria e de alegria: (1) sem cantar que o canto em commum, continúa o mesmo auctor citando Gautier, é um seguro instrumento de soñlidade.

SAIBA O PROFESSOR ENSINAR

Para facilitar o ensino do canto nas escolas devem os professores attender a certas regras e principios cuja observancia to na mais suave o seu trabalho, mais agradável a aprendizagem para os discipulos e finalmente, mais rapida e mais util esta pratica.

Com pouco espaço de tempo pôde o professor habil conceber, mesmo sendo numeroso o grupo de alumnos que cantam, quaes são os que têm melhor voz e mais aptidão para a musica.

PRATICA E VIGILANCIA

Com estes, em numero relativamente pequeno, 8, 10 ou 15, fará os primeiros ensaios do hymno que quer ensinar á classe.

A vigilancia do ensaiador deve começar pelo texto litterario a ser cantado. Muitas vezes no copial o, os alumnos deformam palavras, alteram versos, pontuação, commettem outras especies de erros, que devem ser impedidos. A melhor solução para o caso é escrever o texto no quadro negro, em caracteres claros e bem legiveis, fazendo primeiro uma leitura explicauca para toda classe e depois mandando copiar cuidadosamente este original. Tal sistema tem a vantagem de evitar o que muito communmente se dá: o texto é todo alterado nas copias, a pontuação e a graphia desfiguradas a ponto de não apresentarem sentido algum.

(1) Faria Vasconcelos—Lições de Pedagogia e Ped. experimental, 1.ª ed., pag. 462.

OS TRES LIVROS

Dei a seguinte lição, que procurarei resumir.

Na escola devem ser apresentados aos alumnos o primeiro, o segundo e o terceiro livro.

O primeiro é o livro propriamente dito, no qual elles aprenderão a ler e a comprehender a leitura.

Nesse livro, que toma diversas denominações, a começar pela cartilha, encontram-se historias, contos, descrições, cartas e poesias. É elle o mais importante meio da instrução, sendo de toda a conveniencia que os alumnos o tomem por companheiro de vida, pois com a leitura methodica poderão tornar-se verdadeiramente illustrados. Aprenderão a ler na escola para adquirir na vida o habito de ler.

Concluido o curso primario, possam ou não possam proseguir nos estudos, formem os rapazes a sua bibliotheca. Os bons livros, que comparem, representarão capital produtivo, servindo-lhes de excellentissimo passatempo, trazendo-lhes conhecimentos uteis, afastando os de coisas prejudiciaes, preparando-os para a vida social, abrindo-lhes caminhos novos. É a leitura alimento indispensavel á intelligencia, incentivo para desenvolver e encaminhar a actividade, o melhor guia para nos ensinar os nossos deveres.

Os alumnos sahirão da escola amigos sinceros da leitura, certos de que, sem ella, voltarão a ser de pois de certo tempo eguaes a qualquer outro que nada tenha estudado.

O segundo livro é o da natureza. Algumas de suas paginas serão percorridas na escola. Os alumnos as ficarão conhecendo na horta escolar e no jardim, nas excursões, na festa da arvore, em muitos objectos do museu.

Na horta e no jardim elles apreciarão a vida das plantas, a utilidade das hortalicas, a belleza das flores. Os trabalhos da horticultura e jardinagem dar-lhes-ão conhecimentos do cultivo da terra, e assim tambem o amor que todo brasileiro deve ter a esse cultivo.

Nas excursões escolares a natureza mostrar-se-á em seus esplendores, desde uma linda madrugada até uma noite de estrellas ou de luar. Hoje um passeio á montanha ou ao valle, amanhã a visita a uma chacara, mais tarde uma caminhada até o correjo ou rio, observando os animaes, os passaros e os insectos, aqui uma pedreira, alli uma arvore, mil outras coisas, tudo isso se apresentará nas excursões.

Ao realizar a festa da arvore, lembrar-se-á todo o bem que esta proporciona,—a flor e o fructo, a lenha e a madeira, a sombra e o frescor, a amenidade do clima e a regularização das chuvas.

Tomando-se conhecedores do museu, os alumnos ficarão empenhados em observar as coisas, e procurarão achar curiosidades para a referida secção escolar.

O terceiro livro refere-se á sociedade. Seu primeiro capitulo cha na-se familia, e encerra os principios da vida social das creanças, cuja educação começa no lar sob a vigilancia das mães e dos paes.

EXPLICAÇÃO DO TEXTO

Nenhum hymno será dado como bem sabido se os alumnos não souberem bem a significação do respectivo texto, que o professor explicará, não sómente quanto ao assumpto zendo bem as coisas sabendo prolongar as voçes que devem ser cantadas sobre mais de uma nota, ajustando a res piração, igualando as intensidades, etc... Ex: Hymno Nacional.

LEITURA RYTHMADA

Convém igualmente que depois de ouvida a musica, faça o grupo seccção de cantores uma leitura rythmada do texto para exercitar-se em ajustar-o bem a melodia, fazendo bem as coisas sabendo prolongar as voçes que devem ser cantadas sobre mais de uma nota, ajustando a res piração, igualando as intensidades, etc... Ex: Hymno Nacional.



Estes cuidados e minucias podem parecer enfadonhos, mas depressa se tornam facéis e approximam mais rapidamente os alumnos do ideal ambicionado que é cantar bem e proveitosamente os canticos que tiverem de ser aprendidos.

LIMITES DA VOZ INFANTIL

Ponto de importancia capital ao qual devem os ensaiadores prestar toda a attenção é o que se refere aos limites maximo e minimo dentro do qual devem as vozes escolares se mover. Em verdade tambem as que compõem hymnos e canções para vozes infantis cabe esta observação. E é por isso que tambem a estes a fazemos.

A extensão da voz de crianças é pequena. No compôr musica para taes vozes, deve ser adoptado como limite agu-

do habitual o **DO** devendo ser usado

pouco o **RE** e mais raramente o



Estas ultimas notas não oferecem difficuldades de enoção justa quando a voz as atinge subindo por intervallos diatonicos, ou dizendo mais claramente, quando são complemento de uma serie de notas successivas. Ainda esse principio é recommendavel utilisar-se frequentemente. Muitas crianças não as alcançam facilmente e esquel m-se esforçando se por as alcançar, com que as vezes desatinam, causando pessimo effeito.

Pela razão opposta deve-se tomar como limite grave para

taes vozes o **SI** e raramente o



EMPREGO DO DIAPASO

Como, porém, pôde-se dar (e constantemente assim succede) o facto de, por não haver instrumento de acompanhamento, tomarem as crianças um diapasso falso, conven usar o diapasso, para orientar o ouvido, dentro do verdadeiro tom.

(Continúa)

Essa pequenina sociedade, que é a família, foi architectada pelo amor para proteger as creancinhas. O segundo capítulo vai passar na escola, onde as creanças encontrarão, sob outro regime, uma nova sociedade maior que a família. Os trabalhos escolares servirão para socializar os alumnos, exigindo delles ordem, pontualidade, attenção, collegismo e outras qualidades educativas.

No trato diario com os professores e os collegas, durante as aulas e na folga do recreio, sahindo em excursões ou tomando parte nas festas, os alumnos irão corrigindo os seus defeitos e apurando o procedimento, afim de que possam tornar-se mais tarde bons elementos sociais.

Deste modo a escola terá attendido ao terceiro livro, imprimindo a seu trabalho o fim educativo, para que foi creada. Alguem já definiu a educação como sendo a socialização do individuo em toda sua maneira de encetar e utilizar a vida.

Conforme se vê, os tres livros da presente lição symbolizam o estudo, a natureza e a sociedade. Da escola o alumno ha de sahir estudioso, amante do livro, habituado á leitura. Ali, elle deve tornar-se admirador da natureza para melhor observar-a e comprehendel-a. Na escola elle aprenderá a prezar a sociedade, da qual cumpre-lhe ser um cidadão digno e prestimoso.

Firmino Costa

JOGOS MENORES

Devido á influencia que os jogos physicos exercem no desenvolvimento harmonico das creanças, e timbrando-se em que os mesmos se façam com regularidades nas nossas casas de ensino, o Sr. Secretario do Interior convidou a professora d. Maria Bueno, de Lavras, a dar instruções sobre a materia, nos Grupos Escolares da Capital.

Depois de algumas interessantes aulas praticas, ministradas pela abalisada professora, deixou esta os seguintes jogos, que publicamos, com o fim de serem introduzidos nos nossos grupos e escolas singulares.

NUNCA TRES

Dispono o grupo em dois circulos concentricos, formando filas com a frente voltada para dentro, de modo a espaço entre ellas ser de dois ou tres passos. Escolher dois jogadores: denominar o primeiro "fugitivo" e o segundo "pegador". Dado o signal, o "fugitivo" correrá por fóra dos circulos e procurará collocar-se em frente de qualquer das filas, dando-lhe as costas, no que será impedido pelo "pegador". Mas si aquelle o conseguir cumprirá a este pegar o terceiro da fila; não poderá haver nunca tres em cada fila. O 3.º é sempre o "fugitivo". Uma vez que o "pegador" toque o "fugitivo", antes deste se collocar na frente da fila, este o substituirá. Invertem-se os papeis: o "pegador" torna-se "fugitivo" e vice-versa. O jogo não deve, entretanto, parar um só momento, devendo ser feito sempre em cordia.

CORRIDA DE CIRCULO

Riscar no terreno um circulo, cujo tamanho poderá variar com o numero de jogadores. Dispono o grupo em circulo com o lado esquerdo para dentro e com intervalo de dois passos entre os jogadores. Dado o signal todos correrão volvezmente, procurando passar por fóra, os jogadores em frente se assim acontecer, o ultrapassado se retirará do jogo, ficando dentro do circulo. Vencerá o que ultrapassar o maior numero em certo ponto.

ROUBAR MUNIÇÕES

Collocar varas, massas, bastões, etc., em pilhas no meio do campo. Dispono o grupo em duas turmas, postadas nas extremidades do campo. Dado o signal, correrão ambas as turmas, levando, de uma em uma, as munições para a sua linha, voltando para buscar outras. Vencerá a turma que roubar a maior quantidade.

PEGA-PEGA DE AVESTRUZ

Escolher um jogador. Dado o signal, o jogador escolhido procurará tocar em qualquer dos jogadores, que fugirão, ou, na imminencia de serem presos, dobrarão os joelhos e, passando o braço sob a coxa, segurarão o nariz; nesta posição não poderão ser presos. O preso substituirá o pegador.

CORRIDAS

Passar a bola por cima da cabeça.

Dispono a classe em columnas, entregando-se a bola ao primeiro jogador de cada uma dellas. Dado o signal, este passará a bola por cima da cabeça do segundo, que a passará ao terceiro, etc., até o ultimo. Este, de posse della correrá até a extremidade do campo. Voltando, formará na mesma posição que os outros e passará a bola, de mão em mão por cima da cabeça até o ultimo. Vencerá a columna que acabar de correr primeiro.

EM UM PÉ

Dispono a classe em columnas. Dado o signal, correrá o primeiro jogador de cada uma dellas, num pé, até á extremidade do campo. Voltando, sahirá o segundo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

EM AMBOS OS PÉS

Dispono a classe em columnas. Dado o signal correrá o primeiro jogador de cada uma dellas de pés juntos, até á extremidade do campo. Voltando, sahirá o segundo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

MUDAR TRES MASSAS

Este jogo exige tantas vezes tres massas quanto o numero de columnas de jogadores traçar no chão, na extremidade opposta ás columnas, dois circulos para cada uma, collocando-se tres massas dentro de um delles. Dado o signal, correrá o primeiro jogador até o circulo onde estiverem as massas, porá a mão nas costas e transferirá as massas, porá a mão para o outro circulo. Voltando, sahirá o segundo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

SALTAR A VARA

Dispono a classe em columnas. Entregar uma vara ao primeiro jogador de cada uma dellas. Dado o signal, este correrá até á extremidade do campo, e, voltando, entregará a outra ponta da vara ao segundo, ambos segurando assim a vara correrão até o fim da columna, trazendo a vara asteira ao chão e fazendo com que a columna salte por cima. O segundo correrá até á extremidade do campo, indo o primeiro formar á retaguarda da columna.

BRANCO E PRETO

Apparelhamento: Um dado com faces brancas e pretas. Dividir o grupo em duas turmas paralelas e fronteiras no meio do campo, á distancia de dois passos. Determinar a cor de cada turma. Lançado o dado, a turma, cuja cor ficar para cima, tratará de pegar os jogadores da outra, que fugirão até o limite do campo. Ganhará o jogo a turma que conseguir pegar o maior numero em certo tempo. O jogador preso passará para a outra turma.

MASSAS VENENOSAS

Dispono o grupo em circulo, segurando os pulsos com firmeza, em torno das massas. Dado o signal, os jogadores se empenharão em fazer com que os seus companheiros derrubem ao menos uma das massas. O que a derrubar será excluido do jogo. Excluir-se-ão tambem os dois jogadores que largarem os pulsos. Será vencedor o que não derrubar as massas.

CADEIAS

Dispono o grupo em dois circulos concentricos, formando filas. Os jogadores darão os braços de dois em dois, devendo medear entre cada grupo de dois o espaço de tres passos. Escolher dois jogadores; denominar ao primeiro "fugitivo" e ao segundo "pegador". Dado o signal, o "fugitivo" procurará collocar-se ao lado de um dos grupos, dando-lhe o braço, no que será impedido pelo "pegador". Mas, si aquelle o conseguir, cumprirá a este pegar o jogador que, depois de formada a cadeia, estiver do lado opposto ao "fugitivo". Uma vez que o "pegador" toque o "fugitivo", antes de este formar a cadeia, este o substituirá. Invertem-se os papeis: o "pegador" torna-se "fugitivo" e vice-versa. O jogo não deve, entretanto, parar um só momento, devendo ser feito sempre em cordia.

EMPURRAR A CORDA

Collocar a corda atravessada no meio do campo. Dispono o grupo em duas turmas, postada cada qual nas extremidades do campo. Dado o signal, correrão ambas as turmas e segurarão a corda, procurando empurrar a para o lado contrario. Vencerá a turma que conseguir empurrar-a até o limite, ou havendo tempo pre-estabelecido, a que a levar mais proximo a elle.

NODGI, MESTRE ESCOLA



m jornalista francez, correspondente militar do *Figaro*, desejando visitar o glorioso marechal Nodgi, soube, em Tokio, que não era ali sua residencia; mas, em outra cidade, em Osaka.

Como havia recebido da redacção do seu jornal ordem para ouvir, entrevistar aquelle homem, a quem o Japão devia em grande parte suas victorias, na guerra contra a Russia, tomou, no dia seguinte, passagem no trem rapido, que o devia levar a Osaka.

Havia chegado da França, onde as paisagens são encantadoras, semelhantes a immenso jardim, com suas risonhas e claras aldeias, e onde não se enxerga quasi um palmo de terra, que não esteja coberto de plantações de trigo, emsalgadas de papoulas vermelhas, como flores de sangue, de vastos parreirões, de oliveiras, trepando as montanhas, como os cafeaes de nossa terra, muito alinhadas, e onde, na encosta de cada monte, se destacam as risonhas casas de campo e nas planicies, nas tão cuidadas pastagens, o gado sadio e gordo, pintado de branco e preto. Apesar de conhecer tanto as bellezas da sua patria, o jornalista, da janella do seu carro, ia examinando e admirando o risonho panorama da terra japonesa.

Nas planicies inteiramente cultivadas, os pequenos canaes de irrigação da terra, seguiam para todos os lados, semelhante fitas de prata, a rebrilhar ao sol da manhã. As casas de campo, com seus bizarros enfeites, pareciam pequenos chalets, feitos de cartonagem. De onde em onde, grandes fabricas, com as altas chaminés, jorrando fumo espesso.

Muitos arados, movidos a vapor, rasgavam o solo, conduzidos por um menino, de grande chapéo pontegudo, como se fosse já um experimentado operario rural.

Nas pequenas estradas de ferro, destinadas ao serviço dos agricultores, corriam pequenas locomotivas, arrastando airosamente filas de carros, carregados de saccos de trigo, de cestas de cerejas e de outras fructas, de verduras.

Para qualquer dos lados onde dirigisse o olhar, via o jornalista a mais risonha e activa prosperidade de daquelle paiz, onde o trabalho intelligente, incançavel, operava tantos milagres da civilização moderna.

E emquanto o trem corria com extrema velocidade, atravessando aquella região opulenta e tão tranquillamente feliz, como se nunca a houvesse sacudido o furor da guerra, o jornalista ia lembrando o que havia sido, ainda ha pouco tempo, a campanha heroica contra a Russia, inteiramente vencida pelo Japão.

A Russia occupava no mundo inteiro um territorio tão vasto, que ia dos longinquos mares do extremo oriente ás fronteiras da Alemanha, da Austria, da Turquia, da Romania, tendo mais de dezoito milhoes de kilometros quadrados, — o duplo do Brasil todo, e uma população de mais de cento e trinta

milhões, possuía uma das maiores esquadras do mundo, um exercito de muitos milhões de soldados, gente tão brava, tão firme, que do soldado russo dizia Napoleão: — Ainda depois de morto, é necessario empurrar-o para cahir.

No entanto, esse tão immenso imperio fóra, pouco antes, inteiramente, completamente vencido pelo Japão, cujo territorio é ainda menor do que o do Estado de Minas Geraes.

Mas, aquella paiz é habitado por uma raça, aparentemente franzina, e que a civilização transformou de maneira tão completa, que em nenhum outro paiz se notam tantos prodígios de sincero patriotismo, de ancia de progresso, mostrando habilidade infinita aquelle povo, habilissimo como operario; de admiravel sangue frio, a abnegação como soldado, e para quem a patria é objecto de verdadeiro culto.

Em poucos mezes de guerra, perdera a Russia a sua formidavel esquadra, aniquilada num só dia, na maior batalha naval, de que se tem noticia. Os seus exercitos, derrotados, desmoralizados, mais pareciam uns frangalhos da antiga grandeza.

Eu jornalista francez ia pensando, depois, em sua visita ao general Nodgi, a maior figura daquella grande guerra. Imaginava que iria encontrar o trajando a sua tarda de commandante do exercito, com o peito coberto de condecorações, em meio de muitos officias superiores, satellites daquelle sol de gloria.

Receiava encontrar muitas difficuldades em poder falar ao general. Entrevia um grande apparato na sua residencia, certamente um luxuoso palacio, muito imponente e vigiado por muitos soldados.

Chegado ao hotel, em Osaka, indicaram-lhe a casa, onde poderia encontrar o general Nodgi, e, sem demora, tomou o carrinho, dos que ali são usados, puxados por um rapagão bom corredor, que se mette entre os varaes e trola, sem mostrar o menor cansaço.

Nas ruas, cheias de gente, muito ruidosas, ia elle observando tantos passageiros e passeantes, muitas moças, com seus chapelinhos de sol, suas sombrinhas, feitas de papel de seda, causando-lhe a impressão de que eram bonecas passeando em carrinhos n'um jardim liliptauico.

A entrada da casa indicada, o jornalista compriu o botão da campainha electrica e um creado, bem vestido, veio logo abrir-lhe a porta.

—E' aqui a casa do senhor general Nodgi? perguntou ao porteiro.

Este leu o nome escripto no cartão de visita, e respondeu-lhe em bom francez: — Não, senhor. Aqui é a escola do general.

Queira entrar. Vou levar-lhe o seu cartão. Pouco depois, entrava na sala, onde estava o jornalista, o glorioso vencedor da Russia, um respeitavel anciao, de tão bondosas maneiras, que o visitante se sentio logo mais encorajado a lhe solicitar a honra de uma entrevista, que deveria ser lida no *Figaro*, em todos os paizes do mundo.

Trajava o general um singelo dolman preto, preso por alamares de seda, e trazia á cabeça um

barrete tambem de seda preta, como um simples burguez. Por detrás dos grandes olhos de ouro, muito redondos, scintillava-lhe o olhar, com aquella sagacidade benevolente, propria dos homens superiores.

Depois de lhe explicar o motivo da sua visita, o jornalista animou-se a fazer-lhe uma pergunta:

— Senhor general, queira perdoar-me a pergunta, se lhe parecer indiscreta... O porteiro disse-me que aqui não era a sua casa, e sim a sua escola.

Não comprehendi bem as suas palavras...

— Monsieur, disse elle. Nós, aqui no Japão, pensamos que não ha profissão mais nobre, mais util que a de mestre escola, e julgamos que o dever de todos está em procurar elevar o nivel do povo.

Custa-nos pouco ceder-lhe sempre uma hora das vinte e quatro que tem o dia. Nesta casa, tenho a minha modesta escola primaria, e ensino as primeiras letras aos meus pequenos patricios. Tenha a bondade de acompanhar-me.

Atravessaram um pequeno compartimento, e, em seguida, entraram em uma sala bem clara, onde uns quarenta japonezinhos occupavam seus bancos, olhando para o jornalista com os seus olhosinhos obliquos.

— Aqui tem a minha escola de ensino primario, disse o general ao jornalista maravilhado.

E voltando-se risonho para os alumnos, disse-lhes: — Podem ir para suas casas.

Aquellas quarenta creanças tomaram os seus tamanquinhos, que estavam guardados em um armario, fizeram uma reverencia, bem profunda, bem japoneza, e deixaram que o seu professor, de modesto traje e de barretinho sobre a testa ampla, relaxasse ao escriptor europeu os seus grandes feitos de guerra.

Gustavo Penna
(Do livro de leitura EDUCAÇÃO).

INSTRUÇÃO PUBLICA E EDUCAÇÃO

ARGENTINA

RELATORIO DO DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO PUBLICA. Acaba de sair á luz o relatório do Ministerio da Justiça e Instrução Publica para 1923, datado de setembro de 1924, o qual contém no seu segundo volume a situação da instrução publica primaria e secundaria. Damos a seguir alguns extractos do relatório:

Entre os assumptos de ordem social que occupam a a attenção do Conselho de Educação figura a saude physica dos alumnos, especialmente dos de organismo debil e que, devido á pobreza do meio, precisam de auxilio estadual que se estenda além da sala de aula para fins de previsão social. Para este fim include-se no orçamento uma verba de 250,000 pesos para o estabelecimento de colonias de ferias na praia do mar, onde estavam matriculadas 202 creanças, sendo 93 rapazes e 8 a 10 annos e 109 meninas de 8 a 12 annos. Trinta e duas escolas de ferias funcionaram durante dos semestres. as quaes foram frequentadas de manhã por 5,051 creanças e á tarde por 66,538.

Não tinha havido a fundação de tantas bibliotecas quantas eram de desajar por falta dos necesarios fundos, embora haja bibliotecas de circulação e estacionarias nas escolas provinciaes.

O serviço medico escolar tem realizado uma investigação de 120,000 creanças das quaes 9,000 accusaram algum ligeiro defeito remedavel. Verificou-se que 2 por cento da população escolar estava retardada. Vinte e um por cento revelaram insufficiencia de nutricao, motivo pelo qual o Conselho de educação consignou uma verba de 300,000 pesos do fundo escolar para as rendas.

Durante 1923 havia em todo o paiz 174 escolas secundarias normaes e especiaes sub-ordinadas ao Ministerio da Instrução Publica, divididas como se segue: 40 escolas secundarias nacionaes; uma escola secundaria para meninas; 84 escolas normaes; 6 escolas commerciaes; 3 escolas de pedia-gia; 16 escolas voca-cionaes femininas; 1 escola de pedia-gia; 1 instituto para professores de linguas modernas; 2 escolas de surdos mudos; 1 instituto para cegos; uma academia nacional de bellas artes e uma escola de artes. A matricula destas escolas attingiu a cifra de 74,296 alumnos, dos quaes 31,396 eram rapazes e 41,900 eram meninas, regulando por 64,000 a frequencia media. Noventa e seis por cento eram argentinos sendo o resto estrangeiros. Os professores destas e colas foram em numero de 6,366. Houve tambem 188 escolas particulares, com 9,345 alumnos.

CHILE

CONGRESSO PAN-AMERICANO DE EDUCAÇÃO. — Segundo informações recebidas do Ministerio da Instrução Publica o Congresso Pan-Americano da Educação, que se devia reunir em Santiago de Chile em setembro de 1925, foi postergado pelo Governo do Chile para a primeira ou segunda semana de agosto de 1926.

CONFERENCIA PLO DOUTOR SHERWELL. — O Dr. Guillermo A. Sherwell, secretario geral da Alta Commissão Inter-Americana, realizou uma preleção na Universidade de Chile durante a sua stada em Santiago em novembro ultimo, quando foi recebido especialmente em uma reunião especial da Secção Chilena da referida alta Commissão. A conferencia teve por these a educação para o serviço de previsão social, com referencia especial ao curso existente na Universidade da Carolina do Norte, e ás resoluções apresentadas pelo Doutor Scherwell e approved no Congresso de Economia Social que realizou em Buenos Aires, no relativo á previsão social como profissão.

CUBA

RELATORIO ESCOLAR PARA 1923-1924. — Na mensagem do Presidente, datada de 25 de novembro de 1924, encontram-se os seguintes dados sobre instrução primaria para o anno escolar de 1923-1924, os quaes revelam um aumento de 6,958 alumnos relativamente ao anno lectivo passado:

Novas escolas primarias estabelecidas

Pinar del Rio.....	3	Santa Clara.....	4
Havana.....	3	Camagüey.....	1
Matanzas.....	1	Oriente.....	4

Matricula total por edades nas escolas publicas

Menores de menos de—	
6 annos.....	14,724
7 annos.....	34,545
8 annos.....	43,593
9 annos.....	48,134
10 annos.....	52,149

11 annos.....	46,621
12 annos.....	43,874
13 annos.....	29,480
14 annos.....	12,972
15 annos.....	3,832

Total..... 377,475

Destes 377,475 alumnos, 188,235 eram rapazes, 189,240 meninas, 277,652 brancos e 99,823 de cor. A matricula diaria media foi de 283,010 e a frequencia de 207,211 ou 73,47 por cento dos alumnos matriculados.

Matricula e frequencia media

	N.º	Alumnos (brancos)	Alumnos (de cor)	Matricula total	Frequencia media
Escolas nocturnas.....	54	3,362	2,161	5,522	2,119
Escolas em prisões.....	5	204	236	440	213
Particulares.....	551	31,799	3,787	34,586	30,138
Publicas.....	3,364	2,2,652	99,823	377,475	207,211
Centros escolares em 76 zonas.....	164	3,105	409	3,574	2,954

Professores nomeados para o anno lectivo

	Sexo de acordo de sexo	Homens	Mulheres	Brancos	De cor
Escolas primarias.....	663				
Escolas publicas.....	913	5,410	5,302	1,021	
Escolas particulares.....	602	1,173	1,718	57	
Escolas centras.....	70				

VERBAS PARA INSTRUÇÃO AGRICOLA. — Veja-se a pagina 288.

ESTADOS UNIDOS

DOAÇÕES PARA INSTRUÇÃO. Dois millionarios americanos, Mr. George Eastman e Mr. James B. Duke, nenhum dos quaes possuiu um curso universitario, fizeram ultimamente doações para a educação que somam juntas mais de 100,000,000 de dollars. Mr. George Eastman, chefe da Eastman Kodack Company, tendo já dado a hospitaes, directores de investigação estadoaes e municipaes, institutos de caridade, institutos educativos e outros centros, dadas que perfazem a somma total de \$58,602,000, fez em dezembro ultimo as seguintes doações: Massachusetts Institute of Technology, \$4,500,000; Eastman School of Music, \$3,000,000; Escola media da University of Rochester, \$1,500,000; University of Rochester College for Women, \$1,500,000; Hampton Institute, para pessoas de cor, \$1,000,000; e Tuskegee Institute para pessoas de cor, \$1,000,000.

Mr. James B. Duke, deu um fundo de \$40,000,000. Depois de feita uma reserva de 20 por cento dos juros para augmentar o principal em cerca de um terço, o resto será empregado para Trinity College, da Carolina do Norte, que agora terá o nome de

Duke University; uma somma igual para a abertura e manutenção de hospites primariamente nos Estados de Carolina do Norte e Carolina do Sul; e o remanescente, para fins de religião e philantropia.

HONDURAS

COMISSÃO CONTRA O ANALPHABETISMO.—Em Tegucigalpa existe uma comissão destinada a combater o analphabetismo, a qual está auxiliando os professores do Governo a espalhar a educação. Durante o verão passado o título de professor honorário foi conferido por esta sociedade a duas senhoritas por serviços prestados durante esta campanha.

MEXICO

NOVOS FUNCIONARIOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.—O Dr. J. Manuel Pui Casaurane, nomeado para Secretario de Educação Publica no Gabinete do General Calles, proferiu um inspirador discurso irradido em 6 de dezembro do anno passado, no qual diz:

O departamento contempla realizar uma das promessas fundamentais do programma social do Presidente Calles: «A incorporação das grandes massas rurales e indigenas na verdadeira civilização» sem prejuizo da importancia ou universalidade a qual gozara de toda a possível autonomia e oportunidade de expansão, dar-se-á a atenção preferente ás escolas primarias urbanas, escolas de obreiros, e sobretudo á educação rural para camponozes, mesticos e indigenas. Como disse o Presidente Calles, «sendo o Mexico fundamentalmente um paiz proletario... é o dever do Governo dirigir conscienciosamente os seus esforços no sentido do melhoramento dos infelizes, e para melhor orientação das massas laboriosas, dando uma oportunidade aos atrasados, e assegurando uma somma cada vez maior de beneficios para os oprimidos. O sonho e porfia do Mexico é pela consecução de um estado de felicidade em que o numero dos soffredores diminua de dia para dia; em que os empregos sejam abertos para todos; em que o gozo da riqueza nacional e dos direitos civis seja mais generalizado.»

REITOR DA UNIVERSIDADE.—O Dr. Alfonso Pruneda, antigo efficiente e activo Secretario do Conselho de Saude Publica, succedeu ao Sr. Licenciado Ezequiel Chávez como Reitor da Universidade Nacional, sendo que este ultimo luncionario se retrá para dedicar-se a escrever obras pedagogicas. O Doutor Pruneda foi chefe da Secção de Educação Secundaria, Preparatoria e Profissional sob a direcção de Don Justo Sierra, tendo occupado posteriormente outros postos educativos de importancia.

REPUBLICA DOMINICANA

ESCOLA DE COMMERCIO.—Ha poucos mezes implantou-se em Santiago esta escola, que vae ganhando em importancia de dia para dia. As materias que alli se ensinam são: tachygraphia, dactylographia, correspondencia commercial, inglez, linguagem, e arithmetica commercial. As aulas são diurnas e nocturnas.

SALVADOR

ESCOLAS E RESTAURANTES DE SAN SALVADOR.—O Conselho Municipal de San Salvador contribuiu com uma subvenção de tres restaurantes escolares que fornecem 1,297 refeições por semana. A municipalidade mantém novas escolas mediante o custo de 24,000 colonos por anno. Dos 918 alumnos matriculados ha uma frequencia diaria de 600. A municipalidade tem em contemplação a criação de novas escolas e elevação da categoria de outras.

PARAGUAY

EDUCAÇÃO ESCOLAR.—O Poder Executivo foi autorizado a crear uma Comissão Nacional de Educação Escolar, com sede na capital e com jurisdicção em toda a Republica. A comissão se comporá de tres membros e poderá renovar-se parcialmente cada anno. São funções da comissão formar, com intervenção do Departamento Nacional de Engenheiros, o plano geral de edificação escolar em todo o paiz; formar um registro de todos os edificios escolares da Republica, com especificação dos pertencentes ao Estado e dos alugados; administrar os fundos proprios da educação escolar com intervenção da contadoria geral; interessar a iniciativa privada na edificação escolar, e aceitar contribuições e donativos de particulares com o mesmo objecto; aconselhar o Poder Executivo sobre o logar e as condições em que devem construir-se os edificios escolares; velar pela exacta execução dos contractos para construção de edificios escolares. O Poder Executivo, mediante indicação da comissão, decretará a construção de edificios escolares com observancia dos tramites estabelecidos pela lei de organização administrativa. Formar-se-á um fundo especial, destinado exclusivamente a attender ás despesas da edificação escolar.

MATRICULA ESCOLAR.—Segundo um quadro comprobatorio do numero de alumnos inscriptos nas escolas publicas desde o anno de 1911, o numero de alumnos matriculados no anno de 1924 chegou a 88,514, o que revela um augmento de 17,189 a partir de 1914.

REFORMA DO ENSINO PRIMARIO.—Por lei n. 689 publica o *Diario Oficial* de 4 de novembro de 1924, foi reformada a instrução primaria no relativo á classificação das escolas, o plano de estudos e a idade de matricula. A idade de frequencia obrigatoria nas escolas primarias é actualmente de 7 a 14 annos nas cidades e villas importantes, e de 9 a 14 em cidades pequenas e commuidades rurales.

URUGUAY

ESCOLAS AO AR LIVRE.—O Conselho Nacional de Instrução Primaria e Normal officiou aos Conselhos Departamentais de Administração em todas as partes do paiz no sentido de chamarem a attenção do governo local para a conveniencia de se estabelecer escolas ao ar livre nas capitais departamentais para creanças de saude subnormal. Embora o Conselho de instrução não tenha fundos com os quaes alirir escolas novas deste genero, ser-lhe-ia possível no caso em que os governos locais pagassem todas as despesas eventuales, transformar algumas das escolas actuaes em escolas ao ar livre.

Da «União Pan Americana».

SEÇÃO OFFICIAL

Obrigatoriedade do ensino em Minas Geraes

Como devem agir os professores, si os paes ou tutores dos alumnos se recusam a receber e assignar a notificação da matricula *ex-officio*?

Parecer do sr. Consultor Jurídico do Estado

Em janeiro ultimo foi matriculada, *ex-officio*, no grupo de Bom Despacho, uma menor, tutelada de pessoa conceituada na localidade. Remetida a notificação a dita pessoa, não quiz esta recebê-la e assigná-la.

Assim, o director do grupo enviou á Secretaria a notificação, pedindo uma providencia á respeito.

Ouvindo o sr. Consultor Jurídico do Estado, deu s. s. o seguinte parecer, que foi adoptado pelo sr. Secretario

PARECER

Exmo. Sr. Secretario do Interior.

Por deliberação de v. exc. manifesto-me sobre a seguinte consulta:

«Como proceder contra quem se recusa assignar o recibo de notificação da matricula *ex-officio*?

Notificar significa, como diz o dr. Azevedo Marques, em sua obra «Acções e Despejos», pag. 26, «participar, comunicar, dar conhecimento, avisar». E cita João Mendes em seu «Direito Judiciario Brasileiro», 2.ª edição, pag. 409, que ensina:

«Como acabamos de ver o chamamento a juizo, feito pela primeira citação ao Réo impõe-lhe a frequente presença a todos os actos e termos da acção; e nisto *differe* essencialmente da notificação, que é a «cientificação de um preceito para a pratica ou não pratica de um acto.» Vanguere doutrina:

«publicar á outra parte uma noticia sem mais figura de juizo.» E a jurisprudencia decidiu: «Considerando que o *aviso* do augmento podia ter sido levado ao conhecimento do inquilino até mesmo por uma interpeção *extra-judicial* (O Direito, vol. 99 n. 99).

Como simples *aviso*, então, pode ser feita, por qualquer meio, a notificação a que se refere o art. 223 do Reg. do Ensino.

Como esse art. exige, porém, a *notificação* *escrita* ao pae ou responsável pelo menor e o recibo do notificado, essa notificação poderá ser feita:

a) — por carta ou officio registrado com recibo de volta, e copiado em um livro proprio do Grupo ou escola isolada, devidamente rubricado pelo inspector escolar do municipio.

Esse officio pode ser confirmado por um edital que lhe faça referencia, publicado na imprensa local, si possível, e affixado na porta do edificio escolar.

Comentando o art. 2.º do Reg. das Contas Assignadas, escreve Paiva Meira, a pag. 13 de seu livro: «em qualquer caso póde a remessa ser feita pelo correio. Existe no regulamento postal um serviço especial que poderá prestar-se para remessa das duplicatas por essa via, com maior segurança para ambas as partes. *É o regime das cartas com o rec bo de v. lla*, isto é, em que o correio apresenta ao remetente o recibo do destinatario o que prova que este recebeu a duplicata.»

E a pag. 31 escreve:

«3.º prova da remessa da duplicata que poderá ser: a) — quando remetida pelo correio, uma copia da carta ou memorandum, extrahida do copiator de

cartas do vendedor, com o recibo do registrado do correio, si tiver ido por essa via.»

b) — por carta ou por officio endereçado ao pae ou responsável pelo menor, transcripto no Registro Especial de Títulos e Documentos, entregue ao destinatario pelo respectivo officio, que fornecerá a devida certidão de notificação, nos termos do art. 60 do dec. federal n. 4.775, de 16 de fevereiro de 1903 e com a licção de Azevedo Marques na nota 3, pag. 25 da obra citada onde elle escreve:

«(3) Um outro meio de prova será uma 'certidão do officio do «Registro Especial de Títulos», dando fé de haver entregue uma carta do senhorio ao inquilino, notificando-o a desoccupar o predio no prazo de um mez. Carta essa previamente registrada no dito Registro. Tal meio de prova é autorizado pelo dec. federal n. 4.775, de 16 de fevereiro de 1903, art. 60, que diz: «O officio do registro» deverá obrigados, quando solicitado, a «notificar...»

c) — por carta registrada, levada aberta ao correio onde verificando-se a existencia da notificação declarar-se-á o seu conteúdo, no respectivo talão de recibo ou registro...»

Referindo-se ao *aviso* do protesto da letra de cambio o paragrafo unico do art. 30 da lei n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908 (Letra de Cambio) estatuz:

Paragrafo unico. «O *aviso* póde ser dado em carta registrada. Para esse fim, a carta será levada ao correio, onde verificada a existencia do *aviso*, se declarará o conteúdo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo.»

Comentando esse paragrafo escreve Margarino Torres, a pag. 355 de sua obra, «Nota Promissoria»:

«O *aviso* do protesto, quando se torne obrigatorio, póde ser dado de qualquer modo, verbalmente ou por telegrama e póde ser dado em carta registrada. Para esse fim a carta será levada aberta ao correio, onde verificada a existencia do *aviso*, se declarará o conteúdo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo (art. 30 paragrafo unico). Mas quando não seja certificado o conteúdo, a simples prova de que foi enviada a carta deve bastar, si o destinatario não provar que continúa assumpto differente.»

Bent de Faria, comentando o art. 378 do Cod. Commercial, escreve á pag. 342:

«...no que concerne a prova de que o *aviso* por escrito foi dado ao predecessor em tempo util, basta demonstrar a pela exhibição do certificado do correio que uma carta foi dirigida em o dia determinado pelo interessado ao destinatario, a menos que se prove que a carta recebida por este se occupara de outro assumpto. O recetido certificado basta igualmente para fixar o dia em que o *aviso* por escrito foi entregue ao destinatario. (Lei cambiaria allemã de 5 de junho de 1869, arts. 45 e 46, *Kun ze e Entermann*.)

Dir. Manual Dir. Comm. Marit. cambiario, vol. 5.º, pag. 336; *Sevagia*, Crit. del Cod. Com. Argentino, vol. 2.º, not. 2.225).

Era essa, aliás, a disposição do art. 384 do Reg. n. 737, de 1850.

As notificações a que se referem as letras a) e c) são mais usadas e accessíveis ao professor publico ou director do grupo escolar, sendo a da letra b) difficil e onerosa. A primeira é o adoptado pelo eminente Ruy Barbosa, em seu projecto sobre Ensino.

Na informaçã prestada pela 4.ª secção dessa Secretaria, allega-se que não se encontrou no Reg. do Ensino disposição alguma relativa aos responsáveis por menores *reclusos* ao seu poder e guarda, que se recusam a assignar os recibos de notificação. Realmente o R.g. alludido não faz referencia especial a esse assumpto, mas o seu art. 515 assim estatuz:

Art. 515 — Recusar-se o pae, tutor ou qualquer pessoa que tenha sob sua guarda, a seu serviço ou em sua companhia, menores de um e de outro sexo, em

idade escolar, a cumprir as disposições deste regulamento, referentes à obrigatoriedade do ensino primário; não obrigar os maiores de quatorze annos e menores de dezotto a frequentarem escolas nocturnas, onde as houver; consuetuar que os alumnos sob sua responsabilidade fitem à escola, sem causa justificada, por mais de oito dias durante o mez:

Penal: admoestação.
 § 1.º Reincidência na infração que der causa a pena de admoestação; impedir ou obstar a frequência do alumno ou ser causa da ausencia deste à escola; prestar falsas informações com relação à matricula, do menor com intuito de fraudar a obrigatoriedade do ensino e frequência dos estabelecimentos publicos: Penal: multa de dez mil réis e cincoenta mil réis.
 § 2.º Na reincidência da falta, que tenha occasionado a multa, o dobro desta.

Duvida a guma pédo haver a respeito da responsabilidade do pai ou do tutor, quanto à notificação.

O art. 515 é de uma clareza absolut: refere-se ao descumprimento de qualquer das disposições do Regulamento referente à obrigatoriedade do ensino e à falta de frequência à escola dos menores e alumnos sob sua gru.

A notificação visa exactamente avisar os paes e os tutores ou responsáveis pela matricula «ex-officio» dos menores a seu cargo e da obrigação que têm de fazel-o frequentar as escolas.

Não assignando ou recusando-se a assignar os recibos dessa notificação, e não se estarem em punição comminada; ao contrario linnarmente, incidem nas disposições penas do Reg.

Não fosse assim e ninguém seria punido porque a propria lei se teria inchado em punição dos infractores as portas da impudência! Alias, o capitulo li sob que se inscreve o art. 515 refere-se exclusivamente «As faltas dos Pais, Tutores ou Responsaveis pelo ensino de menores».

Houve, pois, a respeito, manifestação de opinião. Por esse criterio, o infractor ou delinquent que se recusasse no processo commum a assignar o auto de infração, o de prisão em flagrante, o de qualificação, ou o reo que se recusasse a receber a nota de culpa ou a copia do libello não poderia ser processado ou punido; dependeria a punição de seu unico arbitrio, e o infractor resolveria ex-proprio Marte.

Ensino obrigatorio

Mas deve-se inquirir preliminarmente: *Pode o Estado instituir o ensino obrigatorio?* Essa é a disposição contida no art. 22, do Reg. cit, que determina:

Art. 22. O ensino primario fundamental será obrigatorio em qualquer parte do territorio mineiro onde haja escolas publicas, ou particulares subvencionadas, suficientes para o numero de menores de ambos os sexos, de sete a quatorze annos de idade, existentes dentro de cada primeiro escolar.

§ 1.º Esta obrigatoriedade não se estende ás creanças pobres, residentes onde não haja escolas gratuitas.
 § 2.º Perimetro escolar é a circunferencia a cujo centro é o estabelecimento publico ou subvencionado e cujo raio é igual a 2 kilometros para o sexo feminino, e 3 para o masculino, nas cidades e villas, com o acrescimo respectivo de meio kilometro, nas povoações e zonas rurais.

Carlos Maximiliano, a pag. 664 de seus «Commentarios d. Constitução Brasileira» assim se manifesta a respeito:

«... Camões as escolas que declaravam livre o ensino em estabelecimentos publicos; em consequencia, podem os Estados e o Distrito Federal decretar a frequência obrigatoria ás escolas primarias, como existe na Suissa (Constituição Federal, art. 27) e em muitos municipios do Brasil».

Os partidarios desta doutrina sustentam que não coarctam a liberdade legitima dos paes. Tem esta um limite: a dos filhos que são obrigados a trabalhar para os progenitores, em vez de irem à escola. A instrução é um direito dos menores que lhes não podem negar os tutores natos ou dativos. É indispensavel para a vida. Portanto assiste aos paes o dever de mi-

nistral-a. Quando faltam, por desidia ou exploração do trabalho dos meninos, intervem compulsoriamente o Poder Publico, ao qual sempre compete proteger a infancia contra a cobicia e a perversidade dos adultos. Defendem os seus ideaes os adeptos da doutrina opposta; aduzem, como argumento mais forte, a pobreza paterna, que impede de vestir os pequenos para irem à escola, e, ás vezes, de os alimentar sufficientemente. No Brasil, ao menos, ainda não ha asyios bastante numerosos para educar os filhos dos miseráveis.

Póde o ensino obrigatorio tornar-se um onus crudelissimo para os elementos proletarios?»

E em a nota numero um ao numero 431, escreve: «431—(1)Annaes, vol. II, pag. 242, 284 e 315; vol. III, pag. 237».

O Apostolado Positivista do Brasil propoz accentuar á palavra leigo, no § 6.º as seguintes: *livre, gratuito e não obrigatorio* (Annaes, vol. 1, Appendix, pag. 9).

O deputado Nelson de Vasconcelos transformou a idéa do Apostolado em emenda, que foi rejeitada (Annaes, vol. II, pag. 281 e 315).

Essa obrigatoriedade, entretanto, do art. 22, não é tão rigorosa que coarct completamente a liberdade individual. O Reg. nos §§ 1.º e 2.º do cit. art. 22 e nos arts. 23 e 24 e seus §§ e litras não ló limita a obrigatoriedade que não é absoluta, mas relativa, como define e estabelece o caso de isenções, conforme se verifica da transcrição que aqui se faz dessas disposições:

«Art. 23. A obrigatoriedade entende-se exclusivamente para o ensino primario fundamental, que podera ser recebido nos estabelecimentos estaduais, nos municipaes, nos particulares, ou nos proprios domicilios.

Paraphratico unico. Quando tiverem recebido tal ensino em estabelecimentos particulares ou municipaes não subvencionados, ou nos proprios domicilios deverão os alumnos prova-lo, por meio de exame em época regulamentar, nos termos dos arts. 290 e 291».

Art. 24. Exceptuam-se da obrigatoriedade: a) os menores impossibilitados de frequentar escolas por falta absoluta de meio de comunicação, ou por indigencia notoria; b) os que forem incapazes physica ou intellectualmente;

c) os que soffrem de molestias contagiosas incuráveis;

d) os que contarem menos de sete annos, ou mais de quatorze.
 § 1.º As isenções deverão ser provadas, por meios idoneos, perante os inspectores locais, dispensada a prova nos casos notorios.
 § 2.º Não valerá como excepção a indigencia do menor ao qual se possa offerecer assistencia escolar nos termos deste regulamento».

Como se viu, o Regulamento prescrevendo a obrigatoriedade do ensino prevê hypothesees em que a mesma não se effectiva; estabelece condições para a punição dos infractores; fixa o perimetro escolar; determina que o ensino seja o primario fundamental e permite, liberalmente, que o ensino se ministre tambem nas escolas municipaes e particulares.

Lendo-se, com cuidado essas disposições do nosso Regulamento vê-se, desde logo, que elle se illustrou na lição de Ruy Barbosa, relator do projecto da commissão de instrução publica da Camara dos Deputados, relatado a 12 de outubro de 1882, e que dispõe em o § 4.º do seu art. 1.º:

«§ 4.º É obrigatoria a frequência das escolas publicas do ensino primario no municipio neutro, para as creanças de ambos os sexos, dos 7 aos 13 annos de edade».

Esta obrigação estende-se até aos 15 annos em relação ás individuas que aos 13 annos não estiverem habilitadas nas materias da instrução escolar correspondente a essa edade».

São, como se verifica, com pequenas modificações, as disposições contidas no Regulamento do Ensino que é, ao contrario, menos severo do que o referido projecto. Este, no

art. 1.º, § 11, letra «c», estabeleceu para os responsáveis pelo ensino dos menores a seu cargo uma multa que attinge ao maximo de 1008000, quando essa punição no nosso Regulamento não excede de 208000 e isso em caso de reincidencia (§ 2.º do art. 515).

Prescreve a reclusão por 24 ou 48 horas e determina no § 12 que á quinta reclusão o infractor se sujeita á penalidade do art. 128 do antigo Codiglo Penal, imposta em processo instaurado «ex-officio», mediante simples comunicação da autoridade escolar, instruída com os respectivos documentos. E o rigor dos preceitos do projecto va crescendo á medida que as reincidencias se verificarem a ponto de, nos termos do § 13, mediante representação da autoridade escolar, poder o juiz ordenar que o menor seja, a expensas da familia, recolhido a um estabelecimento de educação. Si essa decisão não for cumprida, o juiz pode privar os paes do usufructo dos bens dos filhos de cujo educação se trata descuidado. Transcrevo aqui todas as disposições citadas para que se possa estabelecer a comparação dos preceitos do projecto Ruy com os do nosso Regulamento de Ensino.

§ 11. No fim de cada mez o inspector escolar examinará os mappaes semanaes de presença, extrahindo a lista dos responsáveis pela assiduidade dos alumnos que tiverem faltado, sem causa justificada, no «curso» do mez.

Esta lista será publicada por tres dias na folha official, com designação do artigo de lei infringido e das penas em que incorrerão os reincidentes.

No cinto dias immediatamente a termo de cada trimestre, examinará o inspector escolar quaes os responsáveis que pela segunda vez, no mesmo anno, incorreram na falta qualificada neste paragrafo, parte primeira.

a) Destes lavará uma lista distincta que publicará na folha official, durante os tres dias subseqüentes.

b) Os responsáveis que, nos dois dias immediatos, não comparecerem, apresentando nor escripto excusa cabal, nos termos desta lei, incorrerão na pena de vinte mil réis, imposta pelo inspector escolar.

c) Em caso de reincidencia, a pena será de trinta a quarenta mil réis, e de cincoenta a cem na terceira.

II. Reincidencia, na accepção deste paragrafo, e dos subseqüentes, considera-se a reiteração, em outro mez, do delicto já punido no mesmo anno, ou no antecedente.

III. Da multa quando exceder a cincoenta mil réis, haverá recurso para o inspector geral da instrução primaria.

IV. Quando o infractor allegar falta de recursos, com que pague, a multa, por acto do inspector escolar do districto, com recurso para o inspector geral, resolver-se-á em 48 horas.

Esta será executada immediatamente pela policia, mediante comunicação da autoridade escolar.

Os recursos de que trata este artigo, serão decididos de plano, mediante simples audiença do interessado si comparecer na repartição, no prazo de quarenta e oito horas, a contar da entrega dos nomeis na inspectoria geral, e como o inspector escolar os transmitirá nas 24 horas subseqüentes á manifestação escripta pela parte, do animo de recorrer.

Para a manifestação deste animo, assiste á parte condemnada o prazo de quarenta e oito horas, a contar do dia em que se fizer publica pela segunda vez, na folha official, a condemnacão.

VI. As decisões condemnatorias do inspector escolar nos termos deste § n. 1.º, b.º e n.º IV serão publicadas, na folha official, por duas vezes consecutivas, nos cinco dias immediatos ao prazo fixado neste § n. 1.º, b.º.

§ 12.—A quinta reincidencia sujeita o infractor ás penas do art. 128 do codiglo criminal.

O processo, que será o mesmo estabelecido para os transgressores dessa disposição penal, instaurar-se-á «ex-officio», mediante simples comunicação da autoridade escolar, instruída com os documentos respectivos.

§ 13.—No caso de nova reincidencia, o Inspector do districto, ou, em sua falta, o inspector geral, representará contra o delinquent ao juiz de orphãos, ao qual, ouvindo-o, caberá ordenar que o menino, num prazo nunca maior de trinta dias, seja recolhido a um estabelecimento de educação, publico, ou particular, onde a receba a expensas da familia, a cujos recursos se attendera.

§ 14.—Por prazo fixado não for satisfeita a intimação, o juiz a fará cumprir pelos meios legaes da sua competencia, impondo ao transgressor as penas de desobediencia e, si convier, a privação do usufructo dos bens dos filhos, cuja instrução houverem descurado.

II. Das decisões do juiz de orphãos, no caso de privação do usufructo dos bens dos filhos, haverá recurso para a Relação do districto.

III.—As despesas da educação, na hypothese deste paragrafo, serão cobradas executivamente.

IV.—Si o individuo incurso na disposição deste paragrafo, parte primeira, não for pai ou mãe, mas simplesmente tutor do menor, a pena immedata será a de desobediencia (art. 128 do codiglo criminal).

V.—Si o menor é empregado em estabelecimento mercantil, industrial, ou agricola, a pena recahirá sobre o proprietario, e, no caso deste paragrafo, parte primeira, consistirá na privação do direito de empregar, nos seus estabelecimentos, menores submettidos por esta lei á obrigação escolar.

VI.—Salvo nos vyzes de prisão, ou privação do usufructo dos bens dos filhos, os recursos autorizados por esta lei não têm effeito suspensivo.

Como se vê, nenhuma duvida ha, portanto, de que o ensino não se obrigatorio no Estado. É dever de todos os paes, tutores ou responsaveis por menores de ambos os sexos matriculados nas escolas publicas do Estado, nas do municipio ou em estabelecimentos de ensino particular.

É o typo, contudo, que a lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino, fixou os limites e as condições dessa obrigatoriedade.

Assim determinou o minimo e o maximo da edade escolar—de 7 a 14 annos.

Justificand a obrigatoriedade da instrução elementar, desse modo se manifesta no parecer citado, á pag. 109, o maior dos nossos constitucionalistas:

«Obrigar á instrução elementar é necessidade e justiça. Necessária porque a sociedade humana carece irresistivelmente de que a intelligencia dos seus membros preencha ao menos as suas funções rudimentares, as quaes sem certas bases de instrução não podem attivar o estado normal. Justica; porque a paternidade na instrução dos filhos, que é o direito, até ao ponto de condemnar a prole infeliza ao estado mentalmente embryonario da ignorancia absoluta.

Ante a negligencia ou indigencia dos paes, essa intervenção para o Estado, na phrase insensível de o catholico Montalembert, «um direito e um dever.» Este direito e este dever são fatalmente limitados pelo seu objecto; a substituição da ignorancia pontual pela instrução popular. Um e outro param, portanto, em relação a cada individuo, na prova, a que deve ficar adstricto, de ter adquirido os primeiros elementos do ensino geral. Fixo-se o minimo das materias constitutivas da educação escolar. Submetta-se a população obrigada a elle que não frequentar a escola publica, a uma verificação regular e que realmente se inscreva na escola independente, ou no seio da familia.

Nada mais. «Demostrem os meninos», diz o reformer em universidade livre de Bruxellas «que conhecem o que são obrigados a saber. Não basta? Desde o instante em que se fornece essa prova, como qualificar a ignorancia que sobreviesse accora da pessoa do proceptor, e discutisse as antitheses victoriosamente patenteadas pelo aproveitamento dos alumnos? O direito da sociedade desaparece, em desaparecendo o seu interesse. Ora, o direito de residir, no grau de saber dos alumnos; nada mais, nada mais!»

Em pag. 111:

«Nosso principio é, pois, o de J. Simon, dizendo, num relatório parlamentar, em 1848:

«A republica não conhece as congregações, para as opprimir, ou patrociná-las, só vê deante de si professores». E' o de Benjamin Constant, resistindo, elle só-sinho, sob a Restauração, com esse alto bom senso liberal que constitui a distincção da sua superioridade, ao monopólio universitario defendido a uma por doutrinas e liberais: «Em educação, como em tudo, vele o governo, e preserve: mas conserve se neutro; afaste-se os obstáculos; alhane as verdades; quanto ao bom exito não caminhar, mas confiar-se ao individuo».

Essa autonomia, «esse direito de ensinar, quando se quer, e aprender, onde se entende, que forma a liberdade de ensino», nós lho reconhecemos, sem segunda reflexão nem meio termo.

Rejeitemos o regimen prussiano, onde o direito de ensinar não existe, senão ao arbitrio do Estado, que o outorga, ou retira, á discreção; rejeitemos, ainda, as limitações do direito francez, com que o proprio projecto de Paulo Bert, infelizmente, não o soube, ou não pôde romper. O nosso meio é a Inglaterra e a União Americana».

O Reg. do ensino minimo, de modo algum, contraven as disposições do projecto, ou a doutrina constitucional do Parecer do eminente brasileiro. E' menos severo, ao contrario, o Reg. do Estado; é mais liberal; mais brandos e mais suaves são as suas penas que commina aos infractores de seu texto e de suas disposições.

Plasmado no modelo do Projecto do Grande Mestre não ha quem possa atira-lhe a pecha de inconstitucionalidade, de coercitivo, de garrotado da liberdade, de tutor tyrannico do direito do pae á livre escolha do mestre, da escola e da qualidade do ensino para o filho.

Não contraven os preceitos e as disposições do projecto de 1884, nem fere a doutrina, invariavel por sua pureza e por sua liberdade, do parecer com que foi justificado esse projecto. Não escorcha o pae, ou o tutor, nem o constrange a ponto de fazer-lhe acceptar a tutela do Estado na educação de seus filhos, não o substitue a administração e o poder publico ao pater poder, a ponto de tirar-lhe, no lar, a autoridade sagrada do *pater familia*, o suave e tranquillo direito de fazer instruir seus filhos, de accordo com os costumes e os vellos hábitos da família. Também não afrouxa de tal maneira esses laços de verdadeira solidariedade humana, e de assistência social, permitindo que a incultura e a rudeza dos paes ou dos tutores criem os filhos e os pupillos na maldade, na indolencia morbida e apathica dos serões ou na vaidade e na ignorancia, bem apressadas, bem enroupadas e vestidas, mas prejudicial e criminosas, das grandes cidades.

O Estado não tira ao pae o direito de escolher o mestre de seus filhos, nem o arbitrio de determinar-lhes a cultura scientifica que pretender. Não lhe rouba as prerogativas de dirigir a intelligencia dos filhos, illustrando-a como lhe aprouver.

Não pode permitir, entretanto, que a fatuidade millionaria ou a indigencia notoria, ou a pobreza envergonhada dos paes negue aos filhos o ensino elemental.

Quem defende o direito á ignorancia e ao analfabetismo, julgando que o poder publico não tem o dever de exigir de cada cidadão o ensino elemental de seus filhos e futuros cidadãos, não pode e não deve exigir que o juiz togado ou popular puna crimes que são muitas vezes, ou quasi sempre, o resultado de uma deploravel ignorancia.

Que differença existe entre o selvico e o bruto que vive nas selvas, musculoso e hirsuto, afastado de qualquer centro civilizado?

Os selvagens têm seus costumes, suas religiões e seus fetichismos, suas tradições guerreiras, suas lendas e suas peccas.

Os brutos das selvas virgens é quasi o homem primitivo das cavernas que blasfema, utra, ou tira imprecações contra Deus si as intempéries e as raios lhe matam as rezas bravias. Que vale dar-se a homens desca a liberdade absoluta de crear os filhos á maneira dos irracionaes rudes e igno-rantes, como elle proprio? Que futuro teria uma patria que assim garantisse a liberdade de seus filhos? A esse não

devia, então, o Estado subordinar ás leis civis e penaes; não devia fazer os respeitar o direito de propriedade, moral e social nem obrigá-los ao regimen legal da organização da família, pelo casamento civil.

Tudo attentaria contra o seu direito de viver livremente. Os paes têm o dever de educar os filhos e nessa educação se comprehende primordialmente a instrução, o ensino elemental e nem é preciso demonstrar esse dever oriundo do proprio direito natural.

Os tutores por sua vez são guardadores e os defensores dos menores: «Os guardadores que se chamam em direito de tutores e curadores de moços que ficam orphãos». Ord. Alf. L. 4, tit. 82.

Apparece tutores quasi tutores, alque defensores. (Paulo, no Dig. L. 1 § 1º de tutel. 21.)

O art. 424 do Cod. Civil dispõe:

«Art. 424. Cabe ao tutor, quanto á pessoa do menor: I. — Dirigir-lhe a educação, defendê-lo e prestar-lhe alimentos, conforme os seus haveres e condição.

II. Reclamar o juiz que providencie, como houver por bem, quando o menor haja mistér correctivo».

Por esse artigo ao tutor incumbem o dever, a obrigação de dirigir a educação do menor e essa incumbencia se repete nos arts. 425 e 426.

Commentando o art. 424, escreve Clóvis Bevilacqua, pag. 417 de seu livro «Codigo Civil»:

«O tutor dirige a educação do menor, segundo a sua condição, não devendo, em qualquer hypothese, privar o da instrução elemental».

Novado uma vez tutor ad hoc, de uma menor em Uberaba, officii no sentido de ser a mesma arredada da companhia da avó, sua tutora que a privava de frequentar a escola. Entre os argumentos que adduzi, no occasião, figuraram os seguintes:

«...Nos termos do art. 422 do Codigo, ao tutor incumbem «reger a pessoa do menor, velar por elle e administrá-lhe os bens». Mais serio e mais difficil o encargo da 1ª parte, relativo á pessoa do menor e no art. 424 a exigencia mais ainda se positiva:

I. — dirigir-lhe a educação... conforme os seus haveres e condições... Claro, pois, um dos principaes deveres do tutor é a educação do seu pupillo, mais ou menos esmerada e completa, segundo os bens que possui. Não basta, assim, provar se que algum é honesto, moralizado e bom para ser tutor de um menor.

A existencia dessas condições não impede que a pessoa seja rude de maneiras, desprovida de intelligencia, cansada de idéas, retrograda. Nem valeriam ao menor os bens largos da fortuna si o seu tutor não soubesse ou não quizesse usal delles convenientemente em seu beneficio e para sua educação. As qualidades de espirito do tutor influem, profundamente, no futuro do menor e melhor educará o pupillo o tutor que mais larga visão tiver das cousas da vida, do que aquelle que se limitar, e tanto succede, a amoniar honesta mais misanthropicamente os rendimentos dos bens e dos tutelados, ao envez de empregá-los na formação de seu espirito e no aforoseamento de suas qualidades moraes...»

«...Ahi está porque, nos termos do art. 422 cit. o tutor rege a pessoa e bens do menor, sob a inspecção do juiz-rege. A idoneidade que tem não o isenta dessa fiscalizacao e nem lhe dá o arbitrio de dar ao menor a educação que lhe apraz. Si ao juiz se afirma que a educação dada ao menor não basta, p. de com ella não concortar e exigir que seja modificada, e si assim não fosse, inutil seria a disposicão citada acima, letra morta que se não applica, e v. exc. sabe que a lei sobria e precisa não pode conter inutilidades.

E a prova disso é que a lei permite a remocão da tutela e até a perda do patria poder, nem de outra maneira se poderia comprehender o instituto da tutela que Sulpicio definiu: *Tutela est... vis (ou jus) ac potestas in capite libero ad tuendum eum qui propter aetatem sua sponte se defendere non potest iure civili da a ac permessa* (Pontes de Miranda, Direito de Família, § 174, nota 1, pag. 377).

«...A idoneidade que fala a lei não é a virtude só, nem a bondade, nem o amor ao trabalho, mas a aptidão que ao tutor se requer para cuidar dos bens e da pessoa do menor, isto é, de sua fortuna, de seu corpo e de seu espirito.

E não fossem o espirito e o coração dos menores susceptiveis de uma nova formação, não pudesse haver modificações no caracter dos proprios homens, inúteis seriam todas as obras de assistência e recolhimento, as branduras e os melos conciliativos, as penitencias, as Saint-Lazares, as Colmeieiras e os Apprendizados Agrícolas. Estariam fallidas todas as doutrinas de Spencer, Smiles, Finot e dos que vêm na pena não o castigo mas a repressão, a educação e a regeneração».

De accordo com meu officio nos autos, decidii primeiro o exmo. dr. Cleto Toscano Barreto e depois o dr. Fernando de Mello Vianna, então juiz de direito daquela comarca e hoje, respectivamente, «Procurador Geral e Presidente do Estado.

Concluindo

Sou de opinião que podem ser, nos termos de meu parecer, applicadas as disposições penaes do Regulamento do Ensino contra os seus infractores, dada a constitucionalidade dessas disposições.

Este o parecer que submetto á douta correctão de v. ex. Apresento a v. exc. os meus protestos de elevada estima e consideração. — Tancredi Martins, consultor juridico.

DIRECTORIA DE INSTRUÇÃO

RELAÇÃO DOS PROFESSORES ELOIADOS DE 16 DE FEVEREIRO
A 14 DE MARÇO DE 1925

- Por Portarias: (Dia 16 de fevereiro)
- 1—Manoel Jacintho Ferreira de Brito e seus auxiliares no Grupo Escolar, de Sylvestre Ferraz.
 - (Dia 3 de Março)
 - 2—Viviana Rocha de Oliveira, do distrito de Guarda Mór, municipio de Paracati.
 - (Dia 5)
 - 3—Maria Amelia da Rocha, do distrito de Datas, municipio de Diamantina.
 - (Dia 13)
 - 4—Elmiria Procopio Pereira, da Estação de Sítio, (distrito de Bias Fortes), municipio de Barbacena.
 - (Dia 14)
 - 5—Alice Couto, da cidade de Barbacena.
 - 6—Izaura Amorim, da Estação de Sítio, (distrito de Bias Fortes), municipio de Barbacena.
 - 7—Olympia Mafra, do distrito de Porto de Guanhões, municipio de Guanhões.
 - Por Offícios:
 - (Dia 16 de fevereiro)
 - 1—Perpetua Machado Gasmão, da cidade de Cataguazes.
 - 2—Izabel Milagres, da cidade de Raul Soares.
 - (Dia 17)
 - 3—Maria Brandão Lobato Silva, da cidade de Muriaé.
 - 4—Izabel Bastos, Maria Adelaide Pecanha, Mirandinha de Lima, Julia Lopes, Edith Brandão, Dagmar Braga, Conceição Guimarães e Dinah Guimarães, directoras e professoras do Grupo Escolar de São Matheus, municipio de Juiz de Fora.
 - (Dia 3 de Março)
 - 5—Aureo Fernandes Kern, do distrito de Urucú, municipio de Theopisto Ottoni.
 - 6—Alzira Mello, de Barroso, municipio de Tiradentes.
 - (Dia 5)
 - 7—Maria das Dores Franco, de Victoriano Velloso, municipio de Tiradentes.
 - (Dia 6)
 - 8—Oliminda Carrero de Figueiredo, do distrito de Itin-guy, municipio de Arasaçu.
 - 9—Luiza Cheryubina de Oliveira, de S. Miguel de Ponte Nova, municipio de Sacramento.
 - 10—Maria José Ferraz Costa, de Santa Rita do Caldas, Municipio de Caldas.

- (Dia 9)
- 11—Cláudia Rocha, de Barroso, municipio de Tiradentes.
 - (Dia 10)
 - 12—Fabiola Broilo, do Bairro de Palmeiras, municipio de Ponte Nova.

RELAÇÃO DOS PROFESSORES ELOIADOS DE 16 DE MARÇO
A 15 DE ABRIL DE 1925

- Por portarias:
- Dia 16 de Março:
 - 1—Marcia Julia de Azevedo, do distrito de Corrego d'Anta, municipio de Luz;
 - 2—Estephania Maria do Patrocínio, do povoado de Barra, municipio de S. Paulo do Muriaé;
 - Dia 27:
 - 3—Sainfo de Freitas, do Grupo Escolar de Bom Despacho;
 - Dia 3 de Abril:
 - 4—Maria da Purificação Cintra, do distrito de São Francisco Xavier, municipio de Prados;
 - Dia 13:
 - 5—Francisca Pinheiro, do distrito de Rio Doce, municipio de Ponte Nova;
 - Dia 15:
 - 6—Melchides da Costa Lages, do distrito de N. S. do Carmo, municipio de Itabira.

- Por officios:
- Dia 25 de Março:
 - 1—Eurico Silva, Alcina Coutinho, Umbelina Terra, Maria Carmelita e Corina de Oliveira, do Grupo Escolar de Uberaba;
 - Dia 27:
 - 2—Alvaro Prates, Julia Augusta dos Anjos, Alzira Mendes Siqueira, Ernestina Spyer, Aura Sarmento e Luiza Maria Prates, do Grupo Escolar de Montes Claros;
 - Dia 1º de Abril:
 - 3—Eulalia Silva, do distrito de Laranjal, municipio de Cataguazes;
 - 4—Margarida Maria Alacoue da Trindade, do distrito do Rio Doce, municipio de Ponte Nova;
 - 5—Josephina Rosalina da Fonseca, do bairro de Palmeiras, na cidade de Ponte Nova;
 - Dia 2:
 - 6—Olympia Cintra Mourão, da Villa de Itabirito;
 - 7—Elza Ferraz Kohler, do distrito de Sant'Anna do Capivary, municipio de Pouso Alto;
 - 8—Angelina Quitas, da Villa de Itabirito;
 - Dia 3:
 - 9—Leobato Tiburcio de Almeida, de Estrella do Indayá, municipio de Indayá;
 - Dia 4:
 - 10—Maria Carolina Campos, Maria Montserrat, Maria José do Valle e Maria Similiana Borges, do Grupo Escolar de Formiga;
 - Dia 8:
 - 11—Maria de Nazareth Pinheiro, do Bairro de Palmeiras, na cidade de Ponte Nova;
 - Dia 14:
 - 12—Marietta Starling, do distrito de Baldin, municipio de Santa Luzia;
 - Dia 15:
 - 13—Arthur Mendonça de Alvarenga Mafra, Feliciano José Ferreira, Marianna Pereira da Silva, Maria de Campos Cordeiro, Maria de S. Pedro Leite, Estivalina Maria de Oliveira, Maria de Freitas Mourão, Esther Coelho de Mello e Maria Alvares da Silva, do grupo escolar de Abaeté.

Do «Minas Geraes» de 19 de Março de 1925:
«A Secretaria do Interior chama a attenção dos arse-cretarios de caixas escolares para a impuntualidade de remessas dos balancetes mensaes, verificada no anno passado. Foram enviados avios a todos os secretarios das caixas cuja escripta não está em dia no registro desta Secretaria. No corrente anno, de conformidade com o disposto no art. 477, do Reg. em vigor, os balancetes serão enviados semestralmente».

AVISOS

«Tendo chegado a esta repartição varias consultas de directores de grupos e professores de escolas singulares, si as provas trimestraes abrangem geographia e historia do Brasil ou si são de lingua patria e arithmetica somente, declaro, para conhecimento do professorado em geral e da inspecção tecnica do ensino, que as referidas provas deverão ser de lingua patria, arithmetica, geographia e historia do Brasil, ficando, assim, solucionadas aquellas com ultas e desfeitas todas as duvidas.

Directoria de Instrução, em Belo Horizonte, 13 de março de 1925. *Lucio José dos Santos*, director da Instrução.

Do systema de folhas mensaes de que trata o art. 355, do regulamento, tendo resultado difficuldades no pagamento ao pessoal dos grupos escolares, porque ha funcionarios que recebem seus vencimentos na collectoria local, outros em collectoria de município proximo, e finalmente, outros á bocca do cofre, o sr. Secretario do Interior resolveu que para o effeito do mesmo pagamento basta que aos referidos funcionarios sejam expedidos attestados de exercicio, de accordo com o art. 352.

Na Capital, serão organizadas as folhas, mas, o pagamento se fará no dia marcado pela forma estabelecida para as Secretarias de Estado.

A Secretaria do Interior, empenhada em fazer das nossas casas de ensino institutos que possam elevar cada vez mais o bom nome do Estado, vem recomendar aos directores, inspectores, e professores, a todos, enfim, que têm os olhos voltados para a instrução popular mais duas iniciativas de incontestavel proveito.

Quer a direcção do ensino que se promovam nos nossos estabelecimentos a fundação de museus e bibliothecas e a realização de excursões escolares.

A primeira iniciativa, si levada a termo com patriotismo

e criterio, terá projecção tão larga, que não se limitará ás paredes de cada estabelecimento. A sua repercussão atingirá certamente todo o meio social em que o instituto tem séde, despertando em seu seio interesse natural e justificado por um melhoramento que eleva o seu grau de cultura.

A segunda iniciativa, tambem como a primeira adoptada hoje no mundo em todas as casas modernas de educação e ensino, virá imprimir um novo e radioso sopro de vida aos nossos estabelecimentos, facilitando, entre os alumnos, esse alegre e salutar convívio, a que as excursões dão um forte sentimento de camaradagem.

A Secretaria do Interior recommenda, com legitimo empenho, os movimentos, que realizem esta idéa. Assim melhor se completará entre nós a educação popular, problema que, dia a dia, exige um punhado de lembranças e de actos que tornem melhor o ambiente dos que frequentam as bancas escolares.

A Secretaria aguarda com interesse o resultado destas recommendações.

Força Publica

CIRCULAR N. 3

FREQUENCIA ESCOLAR

A todas as autoridades policiaes o sr. Chefe de Policia recommenda, com especial interesse, que, sem o emprego de violencia e, sempre que possivel, por acção propria, procurem impedir que os menores de 7 a 14 annos perambularem pelas ruas e estradas, sem motivo justificado, durante as horas de aulas, conduzindo-os á presença da autoridade escolar.

Esta recommendação tem por fim tornar effectivo o preceito do art. 30 do Regulamento do Ensino, que prescreve ser obrigatoria a matricula e a frequencia das escolas publicas ou particulares subvencionadas que existirem dentro do perimetro escolar.

No cumprimento desse dever, as autoridades policiaes agirão com prudencia, usando de meios brandos e tendo em vista as dispensas de matricula e frequencia que o regulamento estabelece no art. 24.